RINALDO PEREIRA DA CAMARA

# "O EXÉRCITO - A IGREJA E A NAÇÃO"

DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO
HISTORICO E GEOGRAFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

1950

# O EXÉRCITO - A IGREJA E A NAÇÃO

- DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO RIO GRANDE DO SUL-

## PALAVRAS INICIAIS

Preliminarmente, desejo manifestar o meu reconhecimento pela generosa acolhida que me dispensais.

A êste modesto estudante de história enche, de emoção e estímulo, o vosso gesto, chamando-o assim, tão fidalga e espontâneamente, ao convívio desta Casa.

Ao ilustre e brilhante orador que me precedeu, Dr. Coelho de Souza, agradeço, penhoradamente, suas generosas palavras, (1) fruto, sem dúvida, da sintonia de ideais que aqui nos congregam.

Militar, recebido por êste Instituto, mais próprio e atual não poderia ser o tema de dissertação de minha investidura que uma tomada de consciência das condições essenciais de preservação das riquezas do nosso patrimônio histórico, que tanto se cultua nesta Casa.

Essa defesa só poderá ser realizada, face à agitação da vida moderna, graças à fidelidade do soldado brasileiro aos grandes ideais cristãos, que se encarnam em nossas instituições e costumes, constituindo o tecido nobre e belo de nossa formação. "A responsabilidade das Fôrças Armadas é no Brasil de hoje imensa, afirmou Gilberto Freire, em magnífica conferência realizada na Escola de Estado-Maior; imensa porque ainda hoje, pouco é o que se acha organizado entre nós, e muita é a desorganização. Surpresas e traições como a de 1935, prevê o ilustre soció-

(1) Ver a "saudação" anexa ao presente trabalho.

logo, podem ainda repetir-se. Como pertubadores da ordem e da paz nas democracias e nas Américas, os inimigos de 35 não diminuíram".

Entretanto, o Brasil, cônscio de suas origens, quer ser fiel a si mesmo, quer guardar intacta sua identidade histórica. Orgulhamo-nos dessa direção de pensamento, dessa forma de consciência moral, jurídica e política que imprimiram à nossa civilização aqueles homens de farda e roupeta que um dia desembarcaram com Thomé de Souza em nossas praias. A eles devemos nossa sobrevivência histórica.

## A CRUZ E A ESPADA

Realmente, entre a Cruz e a Espada se desenrolou a magnífica epopéia da colonização e a defesa heróica do litoral, marcadas pelo ruído das armas e pelo místico cantochão das ladainhas. Respirando pólvora e incenso pelejaram os defensores da terra pelo seu forte e pela sua ermida, lançando os fundamentos da sociedade nova. Sob o influxo da Cruz e da Espada realizamos a nossa expansão e definição territoriais, as manisfestações do nosso espírito de autonomia, a construção de um império, as guerras externas, a consolidação do regime, enfim tôda a nossa evolução histórica, política e social.

"Acreditais," indaga em seus "Escritos e Discursos Literários" o grande Nabuco, "se não fôsse o catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco do Continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná ?"

Acreditais, se não fôsse a Igreja, que êsse imenso território não se teria pelos menos, dividido em três ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, o quarto apenas brasileiro, como somos hoje ?

Quanto à população, acreditais que sem o catolicismo tivesse sido possível fundir, pelo modo porque o foram, em uma nacionalidade homogênea, o indígena, o português e o africano ?

Duvidais que, sem a ação do catolicismo, o indígena teria sido exterminado pelo mais bárbaro dos cativeiros, após a mais terrível de tôdas as razias ?

Duvidais que a raça branca e seus cruzamentos adquirissem nessas atrozes correrias, nesses costumes de rapina humana, instintos que fariam do brasileiro o igual do caçador de escravos sudanês ?

E o africano ? Supondes, se não fôra o catolicismo, que o negro bárbaro da África daria em pouco tempo êsse sublime tipo

de resignação e doçura, que foi tanta vêz o nosso escravo, o qual escravo pelo cativeiro e pelo castigo, achava ainda meio de fazer-se escravo voluntário pela gratidão e pelo amor ?

Ou pensais que tudo isso se teria dado, mesmo sem "a Companhia de Jesus" indaga Nabuco ?

— E agora, perguntamos nós, supondes que tudo isso se teria realizado sem a colaboração daquela outra gloriosa milícia, lídima "ordenança da Nação em marcha" ?

Em verdade, foram as milícias do Regimento de D. Sebastião que, inicialmente, expulsaram os invasores do litoral e defenderam a estrutura econômica e social dos grandes dimínios fazendeiros.

Em seguida, graças à sua organização e armamento improvisaram-se elas em verdadeiras vanguardas protetoras do bandeirismo em marcha.

Mais tarde, sob a influência de pressões internas e externas, foram as milícias que desempenharam aquela função catalítica que neutralizou a ação desagregadora dos fatores geográficos e a ação diferenciadora dos fatores étnicos.

Já então, constituídas em exército regular pelejaram durante dois séculos, defendendo as nossas fronteiras do sul e libertando povos irmãos e amigos do jugo de déspotas sanguinários.

Finalmente, depois de lidar na causa triunfante da Abolição e encarnar o movimento da República, acha-se hoje, o soldado brasileiro tão fraternizado, como sempre, com as aspirações nacionais, na defesa de seus grandes ideais democráticos. Realmente, sempre irmanado com o povo em suas grandes causas, o Exército brasileiro jamais se enclausurou em casta previlegiada e odienta. Onde se lutar pela exaltação nacional, sadia e equilibrada, aí se encontrará sempre, a ação das classes armadas, constituindo uma verdadeira judicatura militar, restituindo à Nação a paz e a liberdade, para em seguida retrair-se aos quarteis, depois de ter, paradoxalmente, pela rebeldia, ditado a ordem. Assim, ainda ontem, em outubro de 45, como em 15 de novembro de 89. Assim também em 1.935, por ocasião da intentona comunista, libertando a Pátria da escravidão vermelha, sem dúvida de consequências muito mais deletérias e extensas que a escravidão negra, a qual relativamente àquela não passava de mero problema sentimental.

Por mansas e pacíficas que sejam estas afirmações, apoiadas aliás, pelos maiores mestres de nossa historiografia, de Southey a Capistrano, de Varnahagem a Calógeras, impõe-se caracterizar, embora em largos traços, como se processou e até

onde se fêz sentir de fato, a influência dêsses dois fatores constantes, através das grandes variáveis da nossa evolução histórica, política e social, a começar pelo período da

## COLONIZAÇÃO

A característica de nosso primeiro século foi, sem dúvida, a colonização e a nota dominante desta, o espírito de catolicidade.

O elemento moral dessa sociedade que florescia pela decomposição das raças, informa João Ribeiro, foi a Companhia de Jesus. Sem diminuir o valor dos grandes serviços prestados pelas diversas ordens religiosas, é lícito afirmar com Eduardo Prado, que "o Brasil foi obra mais dos jesuítas do que dos donatários e do govêrno de Portugual". São os únicos que para cá vieram buscar o nosso bem e não os nossos bens, na expressão feliz de Vieira, pois no conceito do século dezesseis colonização significava, escravidão e extermínio.

Só eles, " os únicos homens disciplinados de seu tempo", como afirmou Euclides da Cunha, serão capazes de realizar "a maior idéia de colonização registrada na História". Com êles começou algo de novo para o Brasil, quem no-lo afirma é o insuspeito judeu Stefan Zweig.

Primeiros mestres da língua, diplomatas de perigosas embaixadas, soldados de pugnas aguerridas, enfermeiros de tôdas as horas, curiosos de tôdas as artes, operários de tôdos os ofícios, construtores de templos de virtude e de trabalho, plantadores de cidades, como as do Rio, São Paulo e Bahia, foram êses "Átilas da fé, êsses batedores da matilha de Deus", na expressão forte do poeta, que, construindo no planalto paulista o pequeno colégio anchietano coberto de taipa, lançaram os fundamentos da formosa Paulicéia, de onde um século após devia irradiar rumo aos quatro ângulos da Pátria aquela raça de gigantes que multiplicou por três a nossa grandeza territorial.

Reconhecendo todos êsses inestimáveis serviços prestados pela Companhia, o "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", por ocasião do primeiro congresso de história nacional, reunido no Rio de Janeiro, teve oportunidade de expressar a seguinte moção: "Considerando que o nome da Companhia de Jesus se acha indissolúvelmente ligado à história do Brasil e de modo tão estreito que relembrar seus faustos é assinalar ao mesmo tempo os extraordinários serviços que, na tríplice missão humana, política e social, prestaram os jesuítas ao Brasil, durante mais de dois séculos, evangelizando as tribos selvagens, salvaguardando o princípio da moralidade face à corrupção e

à execrável cobiça dos colonos, alimentando a chama do patriotismo, que repeliu as invasões estrangeiras, concorrendo eficazmente para a conservação da unidade e integridade da Nação, e defendendo por tôda parte a cultura intelectual que preparou o surto brilhante da nossa literatura;

Considerando que escritores jesuítas foram dos primeiros que elaboraram, com as descrições corográficas, biográficas e as crônicas monásticas, os elementos primordiais em que se baseia o estudo da geografia, da história e da etnografia do Brasil;

Considerando que a comemoração de todos êsses grandes feitos tem lugar precisamente, no ano centenário do restabelecimento e rehabilitação da Companhia de Jesus pelo Decreto do Sumo Pontífice Pio VII;

Resolve consignar na ata da última sessão plena um voto de contentamento pela recordação dêsse ato de justiça que solene e jurídicamente restituiu ao seu primeiro ser a ilustre sociedade a quem deve o Brasil tão denodados e eficazes obreiros de sua grandeza e de sua civilização". Seguem-se as assinaturas de todos os membros do Instituto, a começar pela do Snr. Vilhena de Morais.

E se não bastasse essa consagração poderíamos acrescentar outra, e de caráter internacional, prestada pela plêiade dos mais credenciados historiadores das três Américas, reunidos também no Rio, por ocasião do primeiro centenário de nossa independência. A natureza deste trabalho impede-nos, infelizmente de apresentar tão autorizado e insuspeito elogio.

Em sua missão educacional, como já foi observado, revelaram os jesuítas qualidades excepcionais de educadores.

Dias após a sua chegada à Baía, fundava Nóbrega sua 1.ª "escola de lêr e escrever", cujo mestre foi Vicente Rodrigues, que dedicou mais de meio século à nobre missão do ensino.

Daí não mais se deteve essa política educacional e onde quer que se erigisse uma igreja, uma escola deveria ser levantada, de tal sorte que em 1576, segundo Serafim Leite, já existiam colégios em P. Seguro, Ilhéus, E. Santo, S. Paulo de Piratininga, Rio, Pernambuco e Baía". Com sua "Ratiun — Studiorum", cujos preceitos pedagógicos foram tão exaltados por Bacon, os jesuítas destacaram-se como os educadores mais perfeitos dos séculos 16.º e 17.º. Rio Branco afirma que o Brasil deve às suas escolas quase todos os nomes de vulto da história literária dos séculos 16.º a 18.º. Artur Ramos, catedrático de etnografia e antropologia da Universidade do Brasil, em substanciosa obra recentemente publicada sob o título "Introdução à An-

tropologia Brasileira", afirma que foi obra dos jesuítas a primeira tentativa de sistematização etnológica dos nossas índios, de acôrdo com a classificação linguística, critério aliás, que perdura até hoje, apenas ligeiramente ampliado com os conceitos de Martius, Von Steinen e Ehrenreich, relegando a segundo plano a classificação de carácter antropológico, físico e cultural.

Quantos depoimentos originais, quantos subsídios riquíssimos forneceram êles á nossa história desde o "Tratado da Terra e da gente do Brasil" de Fernão Cardim, às "Opulências e Drogas da Terra" de Antonil; desde a "História do Brasil", á nossa primeira, de Frei Vicente Salvador, às "Cronicas" de Gandavo; desde os "Estudos" de Luiz Grant à obra do P. Serafim Leite; desde os "Apontes" de Fernão Guerreiro à "História do Rio Grande" do erudito P. Teschauer; desde as "Cartas de Nóbrega e Anchieta, aos trabalhos dos nossos Padres Hafkmayer e Luiz Gonzaga Jaeger.

Sintetizando, focalizemos as figuras de Nóbrega e Anchieta, como lídimas personificações da epopéia. Êsse "pobre e inútil José", assim considerado em sua própria humildade, é, entretanto, o homem mais extraordinário do século XVI, segundo o depoimento de Saint-Hilaire. "Síntese de uma época", no conceito de Euclides, é o apostolo do Ocidente, o "Novo Adão das plagas de Santa-Cruz, em cujos ombros poisavam os passáros, e a cujo aceno obedeciam as feras", como no-lo pinta Celso Vieira.

É o patrono da literatura nacional, o mestre escola, autor de nossa primeira gramática, aquela "Arte de Grámatica mais usada na costa do Brasil", escrita com tanto talento linguístico, e autor de nosso primeiro dicionário, o inspirado e místico poeta daqueles 4.172 versos, traçados na fímbria das areias de Bertioga, retidos todos na angélica memória, escritos depois em S. Vicente, e dedicados à sua Rainha, à "Beata Virgine", sob cuja bandeira pelejava com a mesma generosidade de Loyola. É o historiador da fundação de S. Paulo e do Rio, "o Gil Vicente das terras de S. Cruz". É o autor daquelas cartas de maio de 1.560, onde se revela o naturalista familiarizado com a peculiaridade da nossa fauna e com as virtudes da nossa flora. É o soldado combativo de Guanabarra e o anjo da paz de Iperoig, onde o taumaturgo transforma terríveis canibais em humílimos conversos.

Com a ajuda do êstro inspirado de Domingos de Magalhães surpreendamo-lo, em pleno coração da selva brasileira, no exercício de seu divino mister, "com a mente cheia de celeste assunto que em versos de seus lábios derramava":

"Nessas horas do dia em que os tamoios
Depois da caça, juntos repousavam
Sob a fresca verdura, à sombra amiga
Do bosque protetor, vizinho à taba
.....
Anchieta, sempre atento a doutriná-los
Ali aparecia e lhes falava
D'alma, da vida eterna, do futuro,
Do prêmio e do castigo além da morte.
Da glória perenal, pura celeste
Aos justos reservada...
E quando, entre o céu e o mar, o sol no oca
Seus últimos fulgores dardejava
Tingindo o berço seu de um mesto rocho
Nessas plácidas horas em que os bosques
Se cobrem de sombria majestade
E a voz ressoa das sonoras brenhas
Como da sonolenta natureza
Melancólicas preces de repouso;
Ia o vate cristão meditabundo
Passear sozinho na deserta praia
Com a mente cheia de celeste assunto
Que em versos de seus lábios derramava".

E Nóbrega, com seu senso político, completa essa figura mística de Anchieta, reconstituindo-se assim, a maravilha, o perfil de Loyola, a um tempo idealista e prático, místico e cerebral. Para o insuspeito Southey "não há ninguém a cujos talentos deva o Brasil tantos e tão permanentes serviços como ao padre Nóbrega". Protótipo do chefe, êsse primeiro provincial em nossas terras possuía sem favor o bom senso, o espírito de organização, a energia indomável do heróico capitão de Pamplona. "É antes de tudo um lutador, na concepção de Loyola. É a fôrça impulsiva do Exército, é o conselheiro estratégico do governador, e, nesta obra, sem exemplo na História, foi sua mão que escreveu a primeira página, segundo o depoimento insuspeito do autor do "Brasil País do Futuro".

Mário Alves, em conceituoso trabalho recentemente publicado sob o título "Nóbrega e a Civilização Brasileira", após análise percuciente e atenta da figura ímpar dêsse apóstolo, conclui com justa razão:

"Só mesmo pintado o ambiente, o tumulto, o pandemônio e a inépcia que predominavam na terra brasílica em 1.549; só mostrando os fatores hostis, de tôda sorte, que êle teve de enfren-

tar;: a orientação com que se conduziu; a ação desenvolvida em vários sentidos; os surpreendentes resultados de sua obra e a influência material e espiritual que exerceu posteriormente na evolução brasileira — é que se pode ajuizar do dinamismo e da alta expressão de Manuel Nóbrega em nossa nacionalidade": Basta dizer que a regra dos colonizadores da Terra era esta: "Ultra Equinoxialen nom peccatur"...

Impõe-se, pois, acrescentamos nós, que êsse vulto seja, definitivamente, erguido em seu verdadeiro pedestal, e êsse aí está hoje, felizmente, quase concluído, com a obra monumental do padre Serafim Leite, contribuição das mais preciosas ao estudo da nossa formação histórica.

Não exagerou, em conseqüência, Batista Pereira quando, em sua "Formação Espiritual do Brasil", observou com justiça e desassombro que "o catolicismo moldou os nossos antepassados e seu influxo ainda sobrevive no inconsciente de seus mais irredutíveis negadores. É nesse substratum moral trazido pelos primeiros colonos, acendrado pelos primeiros jesuítas, combatido pelo pombalismo, hostilizado pelo enciclopedismo e pelo ateísmo, que reside a mola das nossas ações, a explicação da nossa vida. Foi ele, nunca será demais repeti-lo, o integrador do espírito nacional, o consolidador da consciência brasileira, que vibra em todos os rincões do nosso território. Enfraquecê-lo diminuí-lo, renegá-lo é enfraquecer, diminuir, renegar a própria alma coletiva".

Não menos brilhante e eficaz foi o papel desempenhado pelas nossas milícias na época da colonização.

Desamparada e sem defesa esteve a terra durante meio século, até o desembarque de Tomé de Souza com os seus seicentos milicianos na Bahia.

Com o advento do "Regimento-del-Rei", nosso primeiro código militar, completado vinte anos após, com a organização do serviço, já então obrigatório e até gratuito, começaram as milícias a desempenhar entre nós aquela bela função tutelar a que se refere Oliveira Viana. Em cada engenho se organiza então uma "casa forte", eivada de caiçaras e juçaras, dispondo de um pequeno exército permanente, ágil, mobilíssimo, talhado à feição do inimigo, pronto à defesa dos extensos currais e das imensas lavouras de açúcar e de algodão". E a milícia fazendeira, completando a ação das milícias propriamente ditas, defende e protege os grandes domínios com seus mestiços destemerosos armados de lazarinas, mosquetes e falcões. E assim esses órgãos de defesa, primeiro sinal de sensibilidade de nossa vida exterior, aguçam-se atentos não só contra a ação do índio com-

bativo, como também contra os "mouros" que já começavam a rondar a costa de S. Vicente e Pernambuco. Nem faltou a colaboração dos bergantins e galeões, germes da nossa gloriosa armada, irmã gêmea do Exército, sem a qual não teríamos desempenhado eficazmente a ação que desempenhamos no Paraguai e no Prata. Assim, observa o conceituoso autor da "Evolução do Povo Brasileiro", no período colonial, especialmente nos II e III séculos, os grandes domínios fazendeiros não são apenas poderosas instituições agrícolas e pastoris: sua estrutura econômica e social é garantida e protegida pela blindagem resistente dos clans guerreiros — verdadeira couraça que os protegem contra as hordas da selvageria belicosa". E a conquista da terra apresenta então um carácter, essencialmente, militar; do N. ao S. as fundações agrícolas e pastoris se fazem "com a foice em uma mão e a espada na outra", na linguagem pitoresca do cronista.

Por isso Von Martius, ao traçar sua admirável síntese: "Como se deve escrever a História do Brasil", diretiva genial legada aos nossos historiadores, chamou a atenção, muito particularmente, para o papel desempenhado por essas milícias, que em luta initerrupta e tenaz contra o índigena e a flibusteria da costa, protegeram a sociedade nascente, incentivando o seu ritmo de povoamento, possibilitando o espírito de empresas aventureiras, viagens de descobrimento, expansão do domínio e favorecendo até o desenvolvimento das instituições municipais livres.

## MOUROS NA COSTA

Depois dos primeiros contactos e das primeiras tentativas de submissão do gentio, impôs-se à jovem colônia o grande problema de sua defesa.

Examinemos, pois, o papel desempenhado pela Cruz e pela Espada como elementos protetores da Terra em luta contra o inimigo externo, luta essa que constituiu, sem dúvida, um dos maiores fatores de aglutinação social.

Se as causas que motivaram os ataques ao nosso litoral foram de natureza econômica e político-social, a que justificou a agressão do "Cavaleiro de Malta" se revestiu, essencialmente, de aspecto religioso. O objetivo principal da reação era repelir a heresia calvinista, a mais intolerante de tôdas as seitas refor-

mistas, que tentava se instalar oficialmente na América, com elementos escolhidos pelo próprio Calvino. O perigo era, realmente, grave, pois Villegaignon se destacava como um grande chefe militar "meio pirata, meio erudito, tipo acabado da Renascença," como no-lo pinta Sweig. Ora, os jesuítas recém-chegados, como lídimos representantes da Contra-Reforma, perceberam de logo o perigo que significava para a unidade espiritual e material da colônia a instalação do livre-exame com suas paixões e divergências de tôda ordem, e em conseqüência não pouparam esforços na direção intrépida da luta.

Mem de Sá, protótipo do administrador colonial, "cavaleiro de pról" forrado de rígidos costumes e grande espírito de catolicidade, solidariza-se, de corpo e alma, com os jesuítas. De chegada, êste "homem de calidade", na expressão das crônicas, realiza sua "vigília d'armas"; durante 8 dias recluso, assiste o primeiro retiro espiritual pregado na América e pelo próprio Nóbrega.

Mas nossos recursos eram realmente parcos, "curtindo bravas fomes", atacamos os muros de Serigipe. O inimigo, entretanto, dispunha de grande cópia de material bélico. Face a tal situação é o próprio Mem de Sá, aliás, chefe enérgico e amante da responsabilidade, que perplexo pergunta que contas iria dar a Deus e a El-Rei de tão tremenda emprêsa. Que contas? Responde então a alma católica do Brasil, pela boca do jovem provincial de 32 anos de idade: "Eu, o padre Manuel Nóbrega, darei contas de tudo a Deus, e se fôr preciso irei a presença de El-Rei e responderei por vós". Quanta razão tinha, pois, ele em afirmar: "Esta terra é em v e r d a d e n o s s a emprêsa". Se a guerra é antes de tudo um conflito de fôrças morais, luta de duas vontades, na qual o mais obstinado vence, com esta firme determinação estava alcançada a vitória pelo "generalíssimo" Nóbrega nos encarniçados combates de Urucu-mirim e Paranapuan. E, pela vez primeira, firma-se entre nós o magistral conceito: "Esta terra tem dono", malgrado a feroz ambição dos salteadores de povos de tôdas as épocas. Lá, ao Norte da Amazônia, ainda estão as Guianas que se estampam, visivelmente, nos mapas geográficos, como impressões digitais deixadas, às pressas, pelos salteadores internacionais, que foram atropelados até o extremo norte do País. Assim, fomos preservados do "vírus luterano", cuja ausência no conceito de Martius foi a característica da colonização brasileira, o que possibilitou a manutenção da unidade espiritual e geográfica do País, evitando a fundação das Henriville e das Mauricéia.

— Não fôra, porém, a ação das mílicias recém-reorganiza-

das pela visão administrativa de Tomé de Souza, sob a forma de serviço militar obrigatório, muito difícil teria sido, apenas com algumas centenas de índios fiéis, repelir o inimigo que, por espaço de meio século, se obstinava na posse de sua conquista, transferida e dilatada da França Antártica à França Equinocial, isto é, do Rio até os limites do Pará. Com igual intrepidez, então, Jerônimo de Albuquerque à frente de 500 milicianos, quase todos brasileiros natos, remata no Maranhão a ação daqueles heróicos batalhadores, alicerçando o glorioso monumento da nacionalidade, construído à custa de tanto suor e sangue.

Mal haviam serenado os ânimos, eis que surge, com o espantalho da "Batávia luterana", outra ameaça muito mais séria à unidade nacional. Quero referir-me à invasão Holandesa, cuja causa principal foi de aspecto essencialmente econômico, isto é, a luta do comércio livre contra o monopólio, mas que se revestiu também de uma feição de luta religiosa, constituindo o grande entrave encontrado pelos flamengos, alertados, de certo, pelos "Diálogos das Grandezas do Brasil". Inicialmente, investem de surpresa contra a Bahia e com grandes recursos, apoderando-se da capital, que é logo sitiada pelas nossas milícias, reforçadas por elementos que afluem do Rio e Pernanmbuco. D Marcos Teixeira, bispo octogenário, doutor em cânones, coberto de serviços prestados em Lisbôa, Évora e Coimbra, vestindo o hábito de penitente arregimenta dois mil homens em sua "milícia dos descalços" e cerra fileiras ao lado dos sitiantes de S. Salvador. Trabalha nas fortificações, ombro a ombro com os milicianos, até sucumbir de exaustão, desamparado da Metrópole. Com a chegada da esquadra de Fradique de Toledo, os holandeses capitularam. Segue-se a segunda invasão com elementos ainda mais poderosos. Era de fato, a Holanda a primeira potência marítima da época. A situação não sofria comparações, informa Vieira: "Tinham os holandeses 1.400 navios na Holanda, mais de mil nas Índias, cêrca de sessenta no Brasil. Possuíam 200 mil marinheiros, engenheiros, oficiais, soldados excelentes, a sua riqueza, a sua indústria, a sua diligência. Os portuguêses só podiam contar com a sua desunião, sua inveja, sua presunção, seu desmazêlo, seu perpétuo respeito pelos interesses individuais. Em quem confiar pois? Em milagres? Melhor fôra merecê-los do que esperá-los", conclui a dialética de Vieira. Enviam-nos apenas o ridículo socorro de 3 caravelas e 27 soldados. Devia, pois, a colônia contar, exclusivamente, com os seus próprios recursos, e tendo pela frente um soldado do valor de Nassau, grande capitão, herói da Guerra dos Trinta Anos, um dos precursores de Napoleão, tio de Turenne, homem

inteligente e culto, filho espiritual das universidades de Basiléia e Genebra, possuindo, enfim, todos os atributos de um grande chefe. Olinda é atacada. Matias de Albuquerque, o herói da resistência do "Arraial de Bom Jesus", apelando para os que quisessem permanecer fiéis à Pátria e à Religião, personificando a alma da reação, em protesto eloqüente e decidido, embrenha-se com uma multidão de homens, mulheres e crianças pelo sertão bruto de Alagôas. Preferem a situação de selvícolas à de escravos.

Mas, quando julgou o inimigo ter criado em definitivo, a "Veneza Americana", irrompe súbita e insopitável a revolta da alma brasileira, do Sergipe ao Maranhão, desfraldando em sua bandeira a divisa: "Deus e Liberdade". Segue-se aquela luta tremenda já denominada "Nova-Ilíada de 30 anos", batendo-se os independentes "como outrora na Ibéria contra o estandarte de Islã", de tal forma que pareciam ter aprendido com os gregos de Maratona, como disse Southey, com admiração e espanto. Tenho para mim que nenhum acontecimento brasileiro encerra tanto sentido de brasilidade quanto essa insurreição pernambucana. Vieira, inflamando a resistência, descarregava os fogos de sua formidável oratória, legando à literatura nacional aqueles vinte e sete volumes, que constituem um dos seus mais portentosos monumentos. "Na voz dos vencedores do flamengo, afirma com eloqüência Batista Pereira, havia a ressonância de suas palavras candentes, que chiavam no fundo das consciências, como ferro em brasa, contra os usurpadores da Colônia". Seguem-se os memoráveis encontros de Guararapes, que culminaram na rendição incondicional da Campina Taborda. Barreto de Menezes, Vieira, Negreiros e Camarão personificam a epopéia. "A exemplo do Comandante em chefe, confessam-se os combatentes antes da peleja, e recebem o Pão dos Fortes. Durante três dias a fio fôra exposto em tôdas as igrejas, nas custódias faiscantes, o Santíssimo Sacramento", informa-nos Vilhena de Morais.

À frente de seus milicianos, reinós, ilhéus, maçambos, índios, negros, mamelucos, mulatos, caribocos, mestiços de todos os matizes, combatendo pela "liberdade divina", na expressão de Fernandes Vieira, desempenharam estes impertérritos batalhadores um papel ainda mal definido de nossa história. Esta liberdade "divina" é o direito de crer e de pensar livremente que nos levou ainda há pouco aos campos de batalha pela democracia.

Dest'arte, solidarizados pelo sentimento do perigo externo, salvamos a unidade da Pátria, graças à ação conjugada da Cruz

e da Espada que aglutinaram as sub-raças em tôrno de um ideal único, desenvolvendo o espírito de solidariedade nacional, despertado por aquelas reações do meio, contra pressões externas violentíssimas. E foi, de certo, por ter compreendido tudo isso que o Gen. Mascarenhas de Morais, quando de regresso de sua gloriosa campanha na Itália, passando por Recife, evocando glórias passadas que se engrinaldavam com as suas, não deixou de manifestar piedoso culto de devoção à Santíssima Virgem, visitando a Igreja de N.S. dos Prazeres, erguida pelo legendário Gen. Barreto de Menezes, em ação de graças pela vitória dos Guararapes. Foi, assim, salva a unidade territorial, política e religiosa da colônia e facilitada a colonização, que decorreu, então, sem preconceitos raciais, sincronizando interêsses comuns.

## ASPECTO MILITAR DO BANDEIRISMO

Defendida a Terra contra a agressão do invasor, inicia-se com o bandeirismo a solução do problema da dilatação do domínio. As bandeiras são, em última análise, uma consequência da organização das milícias. Foram estas que armaram o bandeirismo em sua marcha ousada, rumo aos quatro ângulos da Pátria. Aliás, êsse aspecto militar das bandeiras em suas arremetidas contra os gentios, quilombos e emboabas, foi já assinalado pela mão do grande mestre Oliveira Viana em "Populações Meridionais": Em virtude mesmo da seleção militar imposta por essas condições especiais da conquista, forma-se no interior rural uma raça de homens admiráveis, senhores de assombrosa aptidão guerreira. São os batedores das bandeiras seu elemento combativo, chefes experimentados, cabos de guerra, potentados em arcos, poderosos em armas, homens de grande séquito, dotados todos de maravilhosa capacidade de organização militar como os Afonso Sardinha, Pascoal de Araújo, Bartolomeu Bueno, Matias Cardoso, Borba Gato, Fernão Dias e tantos outros. "O País é, então, devassado em tôdas as suas direções, naquele nomadismo do II e III séculos e que faz lembrar, como bem observa Oliveira Viana, a formidável ofensiva dos povos bárbaros ao abrir-se a Idade Média, sob a pressão dos hunos, precipitando-se sôbre a Europa meridional na avalanche das tribos nórdicas". Não fossem as barreiras opostas em Bororé, teriam êles ameaçado até as províncias do Paraguai e do Rio da Prata, como acentua Taunay. Com Antônio Raposo transpõem o grande planalto boliviano, ultrapassam a Cordilheira e miram deslumbrados as águas do Grande Oceano.

"On sera tenté de croire que ces hommes apartenaient a

une race de geants", exclamou com admiração Saint Hilaire.

E o poeta acrescenta:

"Cada passada sua era um caminho aberto
Cada pouso mudado uma nova conquista
E enquanto iam sonhando seu sonho egoísta
Seu pé como o de um deus, fecundava o deserto".

Realmente, o sonho não deixava de ser egoísta. Os mais sagrados preceitos da lei natural e positiva foram então, postergados, caindo os bandeirantes sôbre as reduções tranqüilas, "com o vôo do milhafre sôbre um ninho de pombas", na expressão feliz do autor da "Evolução do Povo Brasileiro".

Entretanto, consideradas bem as circunstâncias peculiares da época, ousaremos proferir com o insuspeito e erudito jesuíta, padre Luiz Gonzaga Jaeger, nosso digno confrade, esta sentença, ou melhor esta absolvição final, exarada em seu interessante trabalho "As Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul": "Crime foi da época, não de S. Paulo".

Enquanto não encontraram, porém, o precioso metal, que marcou no IV século o advento da transformação do bandeirante guerreiro em pacífico industrial, põem-se à caça de índios que são capturados, mato a dentro, em terríveis tropelias, com cães e cavalos, a pau e corda. Julgam afinal, mais cômodo ir buscar o escravo onde o jesuíta o havia "reduzido" à custa de tanto trabalho e zêlo apostólico.

Realmente, a tentação era grande e a mercadoria fácil.

Surge, então, a luta entre o bandeirante e o jesuíta, que se ergue resoluto em defesa da raca perseguida. "Teríamos vivido muito mais tranqüilos, afirma o próprio Nóbrega, se só houvessemos ficado nos colégios e nos houvéssemos limitado, únicamente, ao serviço religioso". Saturados, porém, do espírito cavalheiresco e militar de seu pai espiritual, lançam-se à luta "militari adhuc spiritu", como diria Polanco.

## MISSÕES

Em duas grandes regiões se organizaram, então, os filhos de Loyola:

— Ao Sul, desde Paranapanema até o Ibicuí, na primeira metade do século XVII;

— ao Norte, na segunda metade do mesmo século, ao longo de todo o vale do Amazonas.

Por isso João Ribeiro inclui no bandeirismo a ação dos jesuítas, quando informa que êles e os bandeirantes triplicaram pela ocupação e conquista a área da antiga colônia.

Com efeito, aquêle trecho deserto, apontado ao Sul, foi preenchido, inicialmente, com as treze missões do Alto Paraná, que em seguida se ampliaram nas dezoito do Rio Grande, compreendendo as do vale do Uruguai, constituídas de Guaranís e as do vale do Jacuí, povoado pelos Tapes, tôdas com seus hervais e estâncias, que se estendiam das Vacarias do Mar às Vacarias do Pinhal. Aqui, no Rio Grande, devemos apontar dois períodos bem distintos da história das Missões: o primeiro, que vai da fundação de S. Nicolau até o último ataque bandeirante, repelido em Bororé, e que abrange quinze anos. Dispersos os índios para a margem ocidental do Uruguai, voltaram meio século depois, se instalando então nos "Sete Povos das Missões", até serem expulsos os jesuítas em 1759. Compreende êste segundo período 72 anos, que somados aos quinze anteriores perfazem 87. Assim, pois, durante quase um século exerceram os padres da "Companhia" sua atividade no Sul, realizando aquela epopéia civilizadora exaltada por Montesquieu, Comte e pelo próprio Voltaire. Interessante é observar que o regresso dos jesuítas teve lugar quando Caxias assumiu o govêrno da província em 1842, em plena Revolução Farroupilha. Mais um título de glória a acrescentar à folha de serviços do grande Pacificador, que proporcionou o início da terceira fase de ação dos jesuítas entre nós, fase essa que se vem prolongando com tanto brilho até os dias atuais. Mais um traço de união a registrar entre a Cruz e a Espada.

Bandeirantes do ideal, êsses "batedores da matilha de Deus", na expressão forte do poeta, foram legítimos plantadores de cidades, no mais recôndito das selvas, cidades que, como disse o inspirado autor do "Gênio do Cristianismo", não eram tão tristonhas como Sparta nem tão frívolas como Atenas, e que gozavam as vantagens da sociedade sem abandonar a floresta. E acrescenta: "como os reinos minguavam à cobiça de Alexandre, a terra tornou-se então pequena para o zêlo apostólico dêsses "vândalos sublimes do Cordeiro". Realmente, nunca os antigos filósofos deixaram as delícias de Atenas ou os Pórticos de Academus para irem, impelidos por toque sublime, civilizar o selvagem, instruir o ignorante, curar o enfermo, semear a paz e a concórdia entre as nações, sacrificando-se até o martírio, como os padres Roque, Cristovão de Mendoza, Rodrigues e Castilhos. Argamassada com o sangue dêsses mártires, uma civilização surgiu, então, no meio dos descampados.

Ergueram-se grandiosos monumentos arquitetônicos, como a catedral de S. Miguel, obra que custou mais de dez anos de trabalhos ingentes, de cerca de mil operários, que iam buscar o famoso "tucurú", de grês róseo, a léguas de distância. Nossos mais belos e antigos monumentos artísticos, observa com tôda a sua autoridade Ângelo Guido, pertencem, inegavelmente, à atividade da Igreja. É a ela que se deve o início e o desdobramento da arte no Brasil. Nas Missões, por exemplo, acrescenta, criou-se uma arte em que o "barroco" recebeu uma viva influência indígena. S. Miguel, a próspera capital com seus 10.000 habitantes, possuía um centro de cultura jesuítica dos mais importantes.

Seu povo alcançou elevado grau de esplendor e desenvolvimento. Seu templo era um exemplo típico de arquitetura neoclássica, que, ao lado da barroca, ergueram os missionários arquitetos da Ordem, tais como os Krauss, Bianchi, Plimoli, Sepp, Frank e Bresaneli. É lamentável, conclui Ângelo Guido, que tão grande esfôrço artístico tenha sido reduzido a ruínas, que constituem uma impressionante e melancólica lembrança daquele grandioso conjunto arquitetônico, fragmentário documento em pedra de uma capacidade criadora surpreendente. Quanto à escultura, o estilo barroco perdura ainda mais largamente. E há até um caráter todo especial na técnica das esculturas de autoria do padre Bresaneli, onde se reflete de modo muito expressivo o espírito guarani. Em música, distinguiu-se, entre outros, o padre Sepp, aliás o pioneiro da siderurgia nacional, que em S. João Batista, em 1.678, antecipou 114 anos a primeira tentativa de fundição realizada em Congonhas do Campo pelo grande Eschwage e pelo Intendente Camara.

Troupeiro de roupeta, introdutor do gado vacum no Rio Grande em 1.634, o padre Cristóvão de Mendoza lançou o fundamento da pecuária gaúcha, um dos mais sólidos alicerces da nossa economia. Por isso o "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", em conceituoso parecer, já o consagrou como patrono de nossos estancieiros.

Agricultores o foram e em larga escala, cultivando o mate, o trigo, o milho, a mandioca. Em S. Miguel, havia trezentos pomares e em Tupanciretã um em tudo semelhante, como informam as crônicas, aos lindos vergéis da "Virgem do Tirol".

Industriais habilidosos fiaram pano, fabricaram calçados, instrumentos musicais, relógios, ferramentas, sinos dedicando-se também à arte tipográfica.

— Lancemos agora uma rápida mirada para o Norte, contemplando a conquista pacífica da Amazônia. Começa sua pri-

meira fase com a chegada de Vieira, e vai até sua expulsão. Voltaram dezoito anos depois os jesuítas e outros religiosos até serem, definitivamente, expulsos por Pombal. Floresceram essas missões de meados do século XVII a meados do século XVIII, chegando até 60 o número de "reduções" que se estendiam de Gurupá até o Peru, através de todo o vale do Amazonas. Foi nesta ocasião (1653), segundo informa João Ribeiro, que veio ter a nós um homem excepcional, grande defensor da raça oprimida, orador maior e um dos mais hábeis diplomatas do seu tempo. Era o padre Antônio Vieira, que, abandonando valimentos da Côrte, vinha realizar sua vocação de missionário. Depois de ter pelejado contra as armas de Holanda, como já vimos, ei-lo agora todo entregue à sua vocação. Antonil então provincial, participando sua morte, traça-nos magnífica síntese de sua espantosa atividade: "Vivendo aqui por espaço de nove anos (isto apenas no Amazonas), navegando ora para uma parte, ora para outra e para qualquer lugar onde o chamava a necessidade dos índios, percorreu o padre Vieira quatorze mil léguas, não contando outras viagens por lugares desertos e inacessíveis florestas, feitas sempre a pé, e as vinte duas vezes que atravessou o Atlântico, terrível por suas frequentes tempestades. Esta Missão dividida em quatorze "Residências" estende-se por 600 léguas, e outras tantas que percorreu na sua excursão, partindo dos montes Japampa até o rio Tapajoz, visitando onze vezes, durante êsse tempo, as Reduções. Para instruir os bárbaros das diversas nações, compôs, com trabalho insano, para seu uso, um catecismo em seis línguas"... Êle próprio expõe sua experiência nestas linhas, onde não sabemos o que mais admirar, se o fundo conceituoso ou a forma castiça e até espirituosa: "Por vezes, escreveu êle, aconteceu estar ouvído atento à boca do selvagem e a do intérprete, sem poder distinguir as vogais das consoantes, equivocando-se a mesma letra com 2 ou 3 consoantes ou se compondo com a mistura de todas elas: umas delgadas e sutis, outras asnérrimas e escabrosas; essas interiores e escuras, aquelas mais afogadas na garganta que pronunciadas com a língua. Se é trabalho ouvir a língua que se não entende, quanto mais entender a língua que não se ouve... O primeiro trabalho foi ouvi-la, depois percebe-la, em seguida reduzi-la a preceitos e à gramática e finalmente estudá-la. E depois de todos êsses trabalhos ainda não começaste a trabalhar, porque tudo isso são apenas bôas disposições para o trabalho".

A conversão havia irradiado de Belém, pelo Tocantins; de Gurupá, pelo Xingú e Tapajoz acima. Numerosas missões foram povoando o extensíssimo vale do Amazonas, onde então,

pela primeira vez, se fez ouvir o Evangelho; nos extensos aldeamentos das tribos, agora entregues à agricultura e à paz. Poderia de certo Vieira orgulhar-se de sua santa empresa. E nesse peregrinar, informa-nos Lopes Gonçalves, em seu magnífico opúsculo intitulado "Amazonas", foram organizados os mapas mais completos, até então conhecidos, do Rio Mar e seus afluentes, desde a nascente até sua foz. "Pombal, porém, transviado por falsas informações ou por arraigado ódio aos jesuítas, observa João Ribeiro, deu com sua extemporânea expulsão, sob mais de um aspecto, sensível golpe nas importantes colônias portuguêsas, e no que diz respeito aos índios preparou-lhes a ruína e aquela triste e irremediável condição em que hoje em dia vemos a raça vermelha entre nós". E Eduardo Prado acrescenta que este ato infeliz foi para o império ultramarino português outro Alcácer-Kibir, como o do século XVI para o império lusitano. Com isso a civilização recuou centenas de léguas. e o erudito e insuspeito Visconde de S. Leopoldo em seus admiráveis "Anais", cujo capítulo XIII é infelizmente orientado pela famosa "Relação Abreviada", não esconde que o banimento dos jesuítas acarretou um período de retrocesso do norte ao sul do País: "Entregues os silvícolas à administração leiga pela criação das "diretorias" e sob o influxo do princípio teórico da liberdade dos índios, na verdade o que se iniciou foi a escravidão disfarçada e daí originou-se o despovoamento e a ruína de aldeias outrora florescentes". Concluindo, pode-se afirmar que ao findar o século XVII estava realizada, de fato, a conquista pacífica da Amazônia por meio de missões que se estendiam do Ceará ao Oiapoc e da ilha do Marajó às raias do Peru, dilatando-se o território nacional até 600 milhas além das fronteiras atuais. Eis aí uma expressão de bandeirismo autêntico, integral

## TRANQUEIRAS GLORIOSAS

Segue-se a partir desta época aquele terrível duelo que iria durar dois séculos, no qual as milícias se bateram no sul contra os espanhóis, pela manutenção da posse assegurada, à custa de tantos sacrifícios, e com a mesma pugnacidade e patriotismo com que se haviam batido no século anterior em defesa do extenso litoral. E essa nossa amada e heróica querência foi transformada então, em imenso campo de batalha. Nossos esplêndidos fronteiros barraram, nas tranqueiras de Rio Pardo e Rio Grande, as invasões espanholas do século XVIII, repelindo no tropel de suas arrancadas os Vertiz e os Ceballos, depois dos três ataques à Colônia do Sacramento, pomo de discórdia, que

materializou o grande objetivo de política econômica de ambas as Corôas, isto é, o domínio da bacia hidrográfica do Prata. À luz desta causa real e remota, ainda pouco focalizada, se explicam com tôda a facilidade os acontecimentos que se sucederam de 1680 a 1827. O Gen. Paula Cidade, em magnífico trabalho publicado na "Revista Militar Brasileira", reduzindo todos os acontecimentos a êsse denominador comum, lançou imensa luz sôbre dois séculos de história militar.

Mas não se limitaram apenas à defensiva êsses gloriosos fronteiros. Ressarcindo direitos, repeliram os espanhóis para além de Cerro Largo e S. Tecla, com Marques de Souza, Pinto Bandeira e Corrêa da Câmara, o animador daquela gloriosa façanha de Pedroso e Gabriel Almeida, que em quatro dias, em campanha relâmpago, conquistaram as "Missões", incorporando ao território nacional 5 mil léguas quadradas, superfície equivalente à da Bélgica, apenas com 40 homens. Documento de incomparável beleza, já exaltado pelo patriotismo de Bilac, é o que escreveu o chefe da expedição. "Feito nunca feito", poema de singeleza tocante e de espartana serenidade, a começar por estas simples palavras: "José Borges do Canto e eu com 40 homens fizemos a conquista dos Sete Povos das Missões". Parafraseando o veterano Churchill, seria o caso de se afirmar: "Nunca tantos ficaram devendo tanto a tão poucos". Assim foi realizada aquela emprêsa homérica que iria consolidar em definitivo a nossa grande vitória diplomática de 1.750, fruto do gênio político e do patriotismo de Alexandre de Gusmão. Dest' arte, na vida em comum dos acampamentos, foi se desenvolvendo, de geração em geração, o nosso espírito militar. "E assim como no Maranhão um Albuquerque bate os franceses, outro Albuquerque toma aos inglêses o Forte de Camamú e um neto dêste bate os franceses nas Guianas, assim também, em nosso extremo meridional, três Marques de Souza, pai, filho e neto, enchem de feitos gloriosos as páginas de nossa história militar no decurso ininterrupto de 150 anos, como já teve oportunidade de observar o nosso inolvidável Souza Doca. De igual forma os Lima e Silva e os Mena Barreto, êstes durante dois séculos a fio dando à Pátria nada menos de 20 generais de ramo direto". Assim, a mesma aptidão guerreira, a mesma necessidade de defesa que criaram no norte em cada engenho uma casa forte, transforma aqui no sul cada estância num acampamento aguerrido e vigilante, com seus "bombeiros" sempre atentos às arremetidas castelhanas. Histórico foi, por exemplo, o papel desempenhado pelo legendário 'Regimento de Dragões do Rio Grande de S. Pedro'. Evocando suas glórias imarcescíveis e

ressaltando seus serviços prestimosos o conceituoso historiador Eduardo Duarte, nosso ilustre confrade, teve oportunidade de afirmar: "Centro militar de vasta projeção e grande responsabilidade na manutenção da integridade do território nacional, a fronteira de Rio Pardo teve à testa de seu comando a figura varonil de Patrício José Corrêa da Câmara. A êle devemos — e essa glória jamais lhe será negada — a incorporação ao domínio português dessa formosa porção de terras que constituía o vasto território da província de Missões, hoje florescentes municípios, resplendentes cidades da terra riograndense. Encontramo-lo em seu posto de honra, comandante da fronteira de Rio Pardo, desde 1780 até o final de sua gloriosa existência, aos 90 anos de idade. Na farta documentação que temos compulsado, acrescenta, notável se torna como êle celebrava suas vitórias. Quando retornava sempre glorioso de uma nova campanha, seu primeiro ato era determinar a festividade religiosa em ação de graças. E com que entusiasmo então, nos falam os velhos papéis daqueles "Te-Deum-Laudamos" celebrados na velha Matriz, aos quais não faltavam o Senado da Câmara, homens de prol, autoridades, irmandades, representações, povo enfim, que em preces fervorosas, rendiam graças ao Senhor pela nova vitória alcançada". E êsse espírito, acrescentamos, continua vivo a animar a consciência de todos nós, como bem demonstraram aquelas solenidades realizadas no ano passado, por ocasião do "Congresso Eucarístico", coroadas pela brilhante procissão na qual entraram em forma os velhos Dragões de Rio Pardo. Em verdade, naquela linda tarde, nós os evocamos, em suas arrancadas singulares. Era, como afirmou a pena brilhante de Coelho de Souza, o velho Rio Grande, o eterno soldado do Brasil, que desfilava heróico e piedoso.

## ESPÍRITO DE AUTONOMIA

E pelos meados do século XVIII já havia o Brasil atingido a sua máxima expansão territorial, consolidada graças à habilíssima diplomacia dos portuguêses e ao valor combativo de seus filhos, que despertou o espírito de solidariedade, criando uma consciência nacional, fazendo sentir, amar e viver uma pátria comum.

Dessa forma a defesa da terra mobilizou, com as milícias, todos os homens válidos, fê-los cruzar o território em tôdas as suas direções, proporcionando uma visão geral do Brasil, incutindo noção clara do interêsse coletivo e do imperativo da solidariedade social. E assim foi desabrochando o nosso es-

pírito de autonomia. Um miliciano, então, personifica êsse espírito. Em holocausto à nossa liberdade, êle se deixa sacrificar com rara serenidade e resignação cristã. Só êle, o Alferes Tiradentes sorria estóico ao saber que não arrastava ao cadafalso os seus irmãos de ideal. E confortado pela religião, beijando humildemente os pés do carrasco, subiu sereno os degraus do patíbulo sem desviar um só instante seus olhos do Santo Crucifixo, exclamando: "Meu Redentor morreu também assim por mim". E a gloriosa bandeira de Tiradentes na qual figurava o triângulo simbólico da SS. Trindade, devoção tão sua, continuou a inflamar o coração dos milicianos que garantiram e consolidaram a nossa independência, batendo-se com grande denodo na Bahia, no Maranhão, no Pará e na Cisplatina. Foram êles que cercaram a "Divisão Auxiliadora" no Morro do Castelo impondo o "Fico".

— Muito deve também a nossa emancipação política à influência do clero, a começar pela revolta do Maranhão, onde se destacam em alto relêvo as figuras históricas do padre Venturoso e de Frei Elias. Frei Francisco de Menezes pode bem personificar o movimento nativista dos "Emboabas". Mas foi sem dúvida alguma por ocasião do movimento de 1.817 que o Brasil aprendeu a sacrificar-se pela liberdade. Nada menos de 57 sacerdotes, entre eles o padre Miguelinho, o padre Roma e o padre João Ribeiro, estavam envolvidos no levante. Oliveira Lima, em seus 'Comentários sôbre a Revolução Pernambucana', a denomina de revolução de padres", e no conceito de Rocha Pombo, 9 dêles eram do estofo de Tiradentes. O precursor espiritual do movimento foi o Bispo Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda, ninho de idéias e sonhos. Homem de grande valor moral e intelectual, escritor de prol, êste glorioso antístete brilhou nos mais seletos conclaves científicos da Metrópole. Vulto da estatura intelectual de José Bonifácio, com este empolgou a "Real Academia de Ciências de Lisbôa", destacando-se pela sua inteligência e cultura polimorfa, chegando até a causar a mesma admiração que Rui despertou em Haya.

Presos, foram todos êsses beneméritos patriotas deportados para Lisbôa, onde penaram e morreram muitos dêles, na Fortaleza de S. Julião. Como é, pois, superficial e leviana a afirmativa de que fizemos a nossa independência de modo incruento e fácil, bastando apenas o gesto teatral de um príncipe. Esquecem-se de todos êsses sacrifícios porque já vão bem longe, tão longe quanto se acha seu amôr pelo estudo da nossa história. Conhecemos tanto a revolução de 1.817 quanto em

geral ignoramos os curiosos acontecimentos que se prendem à "Confederação do Equador", cujo sonho e ideal levou ao patíbulo aquelas duas figuras magníficas de lutadores que foram Frei Caneca e o Padre Mororó. E quantos ignoram que foi na cela do humilde franciscano Frei Sampaio, aliás o autor da representação do "Fico" e vulto da estatura do Cônego Januário, que muito se discutiu a causa da nossa independência.

Certo, nem sempre andaram bem êstes abnegados libertadores descendo assim, à arena das lutas partidárias, observa com tôda a sua autoridade D. Duarte Leopoldo, em interessante trabalho "O Clero e a Independência", mas é que a época não comportava ainda tanta largueza de vistas. Essa colaboração é para João Ribeiro naturalíssima, pois no clero estava a classe mais culta e liberal do tempo, e, em conseqüência, a que mais sentia e vibrava.

O fato é que sem esses males inevitáveis gemeria o Brasil ainda longo tempo sob o jugo da metrópole. Se nas lojas secretas da Maçonaria, acrescenta D. Duarte, enroupou-se a independência para as galas da liberdade, foi no coração do clero brasileiro que ela teve a sua melhor acolhida. Na Constituinte, presidida pelo Bispo José Caetano, tiveram assento 19 sacerdotes, veteranos gloriosos da independência, militantes da revolução de 1817 e de outras lutas passadas; entre eles figuravam também sete militares. Mas, facciosa e turbulenta, teve a Constituinte de ser dissolvida pelo Imperador, com o auxílio das milícias.

— E segue-se o 7 de abril. Preferiu então o Exército ficar com o povo. Traição da criatura ao seu criador? Neste ponto erraram, redondamente, o grande Armitage e o nosso incomparável Nabuco. Não houve traição alguma. O Exército não é e nunca foi guarda pretoriana, mas uma instituição essencialmente nacional, sujeita à disciplina sim, mas a uma disciplina consciente, compatível com os altos imperativos da Nação, cuja honra e paz, ordem e liberdade pairam muito acima das ambições daqueles que se desmandam a ponto de confundir os interesses nacionais com a volúpia das próprias ambições. Mas, infelizmente, com o Sete de Abril, o Exército baixou à arena das competições partidárias. Foi um grande mal. Revoltas e motins explodem então, de todos os lados. E surge o momento mais difícil de nossa história. Mas a reação não se faz esperar, partindo, paradoxalmente, do seio do próprio Exército, personificado em Caxias, auxiliado grandemente pela "Guarda Nacional", milícia cívica criada pela visão política e pela energia férrea de Feijó, sob o princípio da eletividade democrática. Interessante é ob-

servar que um padre disciplina o Exército, enquanto um militar pacifica uma questão religiosa, como veremos adiante. Ainda uma vez a Cruz e a Espada como vigas mestras da Nação, embora o representante daquela nem sempre fosse completamente ortodoxo. E a ação do Pacificador se faz então sentir, suave e enérgica a um tempo. A todos, praieiros, balaios, sabinos, farrapos, paulistas e mineiros rende Caxias à custa, antes do mais, de justiça e de magnanimidade, repondo a grande construção nacional em seus alicerces, preparando o advento do Segundo Reinado, evitando a proclamação prematura da república e quiçá a fragmentação do grande todo. Na questão farroupilha — tão mal julgada ainda hoje, mesmo por espíritos do quilate do Sr. Oliveira Viana, em suas "Instituições Políticas Brasileiras" — Caxias foi o único a compreender os gaúchos. E por isso mesmo foi o único capaz de pacificá-los. Com o seu bom senso peculiar, viu, de logo, que não podiam nem deviam ser taxados de maus brasileiros aqueles que respondiam à oferta de colaboração de Rosas nestes termos: "O primeiro soldado de vossas tropas que transpuser a fronteira fornecerá o sangue com que será assinada a paz de Piratini. Acima do nosso amôr à República colocamos o nosso brio de brasileiros". Esta frase basta para definir o movimento, cujo espírito Caxias foi o único a compreender. Mas todos esses perigos foram felizmente conjurados, e a Regência teve a virtude de realizar entre nós uma verdadeira experiência republicana com a eletividade efetiva do governo, realizando ao demais, a Reforma Constitucional e o Ato Adicional. Dessa forma a vida de Caxias revela não só sentido militar, mas também uma expressiva e muito aguda significação política e social. Patrono do Exército Brasileiro, êle o foi também da concórdia e da integridade nacionais. Com que acuidade Euclides o definiu como "o grande herói tranqüilo". Síntese de nossas glórias, espírito de nossas armas, homem síntese, ele personifica bem a missão histórica do Exército, suas virtudes militares e cívicas, isto é, aquele sentido de brasilidade, aquêle horror à demagogia, aquele culto à lealdade, aquela fidelidade ao dever e à disciplina consciente, aquela noção clara dos imperativos nacionais. Não é, felizmente, em nossa história, afirmou com eloqüência e verdade a pena vibrante de Alcindo Guanabara, que se encontram os tipos clássicos dos dominadores agaloados, com as mãos manchadas, a um tempo, de ouro do tesouro e de sangue dos compatriotas. Não é em nossa história militar que se encontram esses dominadores voluntariosos e despóticos, que, no dizer de Tácito, fazem a solidão e a chamam paz. "Paz de cemitério" imposta por "exército sem nação", na feliz expressão de Gilberto Freire, que

com tanta acuidade, aponta o Exército como o "coordenador pacífico dos "contrários" da vida nacional". Não é, realmente, em nossa história que se encontram êsses episódios de lutas incessantes de generais à frente de bandos mais ou menos facinorosos, disputando a mão armada os cofres públicos". As advertências registradas por Nabuco em seu "Balmaceda", certo, não se aplicaram nunca aos nossos chefes militares. Confunde-se entre nós o soldado com o cidadão. E o patrono do Exército é o grande exemplo.

Pacificado o Brasil, começa a *fase brilhante do II reinado.* E o "mais prudente de todos os heróis", depois de se ter revelado o Pacificador, manifesta-se o Libertador de três povos irmãos e amigos, escravizados pelo jugo de tiranos paranóicos cujo julgamento a História já relegou ao domínio da psiquiatria. Não que se intrometesse Caxias, arrastado pela volúpia da glória ou da ambição, em domínios vizinhos, mas levado tão só, como o Brasil em pêso, em defesa da honra e da integridade nacionais. Ao sentido técnico da guerra, que Caxias soube imprimir cunho essenciamente napoleônico, juntou o sentido ético, que faltou ao Corso genial e a muitos dos grandes capitães, entre os quais êle foi sem favor um dos primazes. A ação militar de Caxias foi, realmente, de cunho clássico. Só poderá negá-lo quem desconhecer suas manobras de Flanco e a do Chaco, principalmente, que se enquadra à medida no esquema napoleônico e pode e deve ser considerada a operação mais genial realizada na América, superior mesmo aos envolvimentos estratégicos de Bolívar, S. Martin e Washington. Não consiste esta afirmativa em mera patriotada, ela é fruto sereno do estudo e da meditação. O bom senso de Caxias o elevou, por vezes, às raias do gênio. Dest'arte, foi consolidado pela sua espada, o prestígio da Nação no exterior, depois de ter sido restabelecida a tranqüilidade da família brasileira, o que permitiu meio século de prosperidade e brilho ao Segundo Reinado.

Tombara exausto o combatente. "Foi num domingo, na Catedral de Assunção, assistindo a S. Missa, que Caxias encerrou sua carreira militar, aos pés do Tabernáculo, acometido de uma síncope, que supuseram todos mortal", informa Vilhena de Morais.

## OCASO DO IMPÉRIO

Segue-se o ocaso do Império assinalado por três graves questões, que constituem as causas próximas da República. Quero referir-me, inicialmente, *à questão religiosa,* que constituiu, sem

dúvida, o maior abalo que experimentou a Igreja no Segundo Reinado, como afirmou Nabuco. Durante o Império viveu a Igreja sempre sob o regime do padroado. Saturado do espírito galicano, o govêrno abusou muitas vezes de seus direitos, chegando o regalismo maçônico ao ponto de apor seu "imprimatur" nos compêndios de teologia adotados nos seminários, e reter a chave dos Tabernáculos em poder das Confrarias. Não faltaram vozes que reclamassem pela reforma dêsse estado de cousas, até que se verificou a atitude enérgica de D. Vital e de D. Macedo da Costa, lídimos confessores da fé, campeões da Igreja, considerados no entanto meros funcionários públicos em rebeldia e, como tal, processados e condenados a trabalhos forçados nas fortalezas "transformadas agora em verdadeiros santuários, onde distribuem o "Pão dos Anjos" às multidões contritas, que em romaria afluem em desagravo".

Ao longo e violento libelo articulado contra êles, D. Vital apenas pronunciou estas magníficas palavras: "Jesus também calou". A opinião pública solidariza-se entretanto com a atitude exemplar dêsses ilustres prelados, que pelejavam com tanto zêlo apostólico e desassombro pelas reivindicações das liberdades religiosas. D. Vital não resiste muito tempo a esse golpe. Suas últimas palavras foram estas: "Ofereço a Deus a minha vida pela diocese de Olinda". Afinal, no Ministério Caxias a questão foi apaziguada com anistia ampla. Registra-se assim, ainda uma vez, a intervenção humana e perspicaz do grande soldado-estadista, que não se deixou nunca influenciar pelo espírito regalista da época, o que é realmente digno da maior nota. Embora procrastinada a questão, a lição havia sido dada, o primeiro grito de protesto se fizera ouvir eloqüente e desassombrado. E na "Representação Coletiva do Episcopado" notavam-se, então, passagens dêste quilate: "Se não temermos a Deus, menos a qualquer homem; se não formos leais à nossa fé, menos à nossa bandeira; se rasgarmos o Evangelho, não respeitaremos a Constituição; se não bradarmos bem alto viva Jesus Cristo, não poderemos bradar viva o Imperador; se não soubermos morrer mártires da Igreja, faltar-nos-á de certo coragem de derramarmos o sangue em borbotões por êsse Brasil que tanto amamos". Referindo-se a essa questão Rui Barbosa teve ocasião de observar: "Duas vêzes quando menos, entre nós o braço secular provou fôrças contra as crenças da Nação. Uma nos tempos coloniais, com o golpe de Pombal, outra quando sentou o episcopado no banco dos réus e sem outro proveito que a mortificação das almas e afinal a capitulação do regalismo".

Segue-se *a questão militar*, tão mal julgada pela maioria dos

nossos historiadores.

Sua causa reside na repreensão sofrida pelo Cel. Cunha Matos, quando se defendia de acusações graves assacadas, publicamente, à sua honra, por um membro do parlamento. Esta punição foi, realmente, injusta, pois os regulamentos da época apenas proibiam que se discutissem pela imprensa assuntos de serviço, ou que implicassem em censura a superiores hierárquicos e aos seus camaradas. O Gen. Câmara, então senador, lançou seu protesto nas sessões de 2 a 17 de agôsto, vendo no caso um perigoso precedente ofensivo à dignidade da classe. E a questão toma vulto, habilmente explorada pelos republicanos. Castilhos lança seu histórico libelo intitulado "Arbítrio e Inépcia" traçado, como sempre, por mão de mestre. Deodoro se solidariza, logo, com Câmara. O caso complica-se ainda mais, e é então submetido à apreciação do "Conselho Supremo Militar", que afinal opina pela inconstitucionalidade dos avisos ministeriais e em conseqüência pelo cancelamento das punições, mas... mediante requerimentos das partes. Com isso não concordam os militares. Realmente, se as punições eram injustas deviam ser canceladas automaticamente. Segue-se o famoso "Manifesto" assinado por Deodoro e Pelotas. E a discussão se acende na tribuna do Senado entre este e Cotegipe. "Peço encarecidamente ao Sr. Presidente, perorava então Pelotas, que reconsidere seu ato por amor a este País, não para satisfazer a mim que pouco ou nada valho. Solva esta questão de modo honroso e digno. Se não o fizer não poderemos saber o que acontecerá amanhã, apesar do nobre presidente do Conselho confiar na fôrça armada que tem à sua disposição. Tais serão as circunstâncias, que bem possível é que ela lhe falte amanhã". Previa dessa forma os acontecimentos que tiveram lugar dois anos depois. Entretanto nenhuma das partes queria ceder. Referindo-se a esta histórica sessão, escreveu Castilhos de modo incisivo: "É de crer que, salvo nos dias agitados e tempestuosos do período regencial, jamais se haja efetuado na câmara vitalícia do Império uma sessão tão grave e tão solene como a de 18 de maio de 1887". E Rui Barbosa, mais tarde, teve ocasião de afirmar: "Senhores, eu me achava nas galerias da Câmara vitalícia no dia em que as palavras calculadas e frias do Visconde de Pelotas, lampejando como a lâmina de sua espada, descoraram com a palidez da agonia as faces do Presidente do Conselho, unido, na mais expressiva associação de idéias a atitude do Exército às reivindicações do sete de abril; vi os senadores deixarem as suas cadeiras tomados de emoção inexprimível nessa sessão extraordinária, a mais memoranda nos anais daquela casa, quando a ordem constitucional parecia dissol-

ver-se ali, a olhos vistos, na pessoa do govêrno, que se decompunha sôbre o tapete do Senado, como um cadáver na mesa do necrotério".

Saraiva intervém então com felicidade. O Senado apresenta uma moção aconselhando o govêrno a anular, espontaneamente, as punições. Estava finda a questão militar, com alguns "arranhões" para o govêrno, como já se afirmou alhures, mas a culpa era só dêle por arbitrário e inepto, como afirmara Castilhos, e não por culpa dos militares que, em absoluto, face aos regulamentos da época, não cometeram indisciplina alguma. Se a questão tivesse sido apreciada à luz dêsses regulamentos, certo, não teriam historiadores e sociólogos da nomeada de Oliveira Viana, em seu "Ocaso do Império", Tobias Monteiro em suas "Pesquisas e Depoimentos" e o Sr. Oliveira Lima em "O Império Brasileiro", se equivocado de tal forma, qualificando o Exército de "deliberante" e Pelotas de "caudilho gabarola". Somente negam razão ao ilustre vencedor de Aquidaban, observa o nosso grande Souza Doca, em substancioso trabalho publicado pela "Biblioteca Militar", sob o título "A República Brasileira", os que julgam a questão sem exame acurado, limitando-se ao que corre em publicações tendenciosas, com desprêzo dos documentos, sem exame dos preceitos constitucionais e regulamentares, muito embora se refiram a cada passo a regulamentos que nunca leram. E Rui conclui com sua dialética esmagadora: "Princípios tais, inauditos até agora, fariam da bôa fama dos oficiais brasileiros simples propriedade do govêrno, sem haver mais honra militar que pudesse desafrontar-se de uma nódoa imerecida, quando a parcialidade de um ministro deliberasse inflingir-lhe mancha e ao mesmo tempo recusar-lhe desagravo judicial, porque a primeira condição de pátria é o pundonor dos defensores profissionais de sua honra".

Guardadas as devidas proporções e natureza, esta questão no fundo é semelhante à questão religiosa. A causa de ambas é a mesma, a prepotência do govêrno e não a indisciplina dos militares ou do episcopado. D. Vital bateu-se com tanto desassombro e razão na questão religiosa como Pelotas na questão militar. Ambos pelejaram pela defesa de direitos sagrados, personificando respectivamente o papel histórico da Igreja e do Exército.

O tripé sôbre o qual repousava o Trono do nosso venerando e erudito monarca, a saber: a Igreja, o Exército e a grande propriedade, estava se desarticulando. Com a falta de apôio dêste último elemento, apenas um empurrão bastaria para fazer êsse Trono cambalear.

Realmente, apesar da solução do *problema servil* de há muito vir se processando, com rara habilidade política, é inegável que o ato magnânimo da simpática Princesa concorreu, sob o ponto de vista econômico, para tornar indiferente mais uma grande classe pela sorte da monarquia.

A colaboração então prestada pelo Exército e pela Igreja foi saliente e prestimosa. Desde 84 vinha o Exército revelando sua simpatia pela grande causa. E quando lhe foi determinado capturar escravos foragidos, o Clube Militar em histórica sessão presidida por Deodoro manifestou enérgica e publicamente sua repulsa. E Pelotas, que fazia parte no Senado da comissão que deu parecer favorável à extinção da escravatura, declarou com desassombro que o oficial do Exército não era capitão de mato para capturar negros foragidos.

Quanto à influência da Igreja sôbre a abolição, é fato reconhecido pela história. Aí estão as brilhantes encíclicas de Gregório XVI e Leão XIII que, repercutindo em nosso episcopado, se refletiram até o mais fundo do coração dos brasileiros, através daquelas pastorais ungidas de eloqüência e amor que tanto tocaram a sensibilidade dêste grande povo. Significativo foi o gesto de Leão XIII concedendo à nossa magnânima Princesa a suprema distinção da "Rosa de Ouro", como testemunho de seu aplauso. "Ce que vous avez à coeur, l'Eglise aussi l'a à coeur", foi a resposta de S. Santidade a Nabuco quando êste lhe suplicava, com zêlo de apóstolo, uma encíclica relativa à magna questão.

Já há muito, Vieira, estigmatizando tão nefando comércio, dizia magníficamente como sempre, do alto de seu púlpito magnífico: "Em outras terras, o homem comercia, semeia e colhe; as mulheres fiam, mas aqui o comércio é o da carne que os homens geram e as mulheres amamentam. Comércio desumano e diabólico. Em nosso Evangelho, ofereceu o demônio todos os reinos dêste mundo por uma só alma: no Maranhão não é necessário ao demônio tanta bolsa para comprá-la... Oh que feira tão barata! Negro por alma e mais negra ela que êle. E conclui: êsse negro será teu escravo por poucos dias que viver, mas tua alma será escrava por tôda a eternidade. Êsse é o contrato que o demônio faz contigo". Não foi pois, só pela liberdade dos índios, como já se afirmou alhures, que a Igreja pelejou, mas também pela alforria dos negros. Se antes não fôra possível resolver essa delicada questão, a causa residia, sem dúvida, no enraigamento de velhos costumes e hábitos inveterados que somente, pouco a pouco, podiam ser modificados, máxime, porque, da libertação, ou melhor, da abs-

tenção do comércio dêsse "marfim preto", haviam de resultar grandes conseqüências de ordem econômica, social e política. Assim, as questões militar, religiosa e servil constituem as causas próximas da República. Desarticulado, enfim, o tripé que sustentava o Trono, êste cambaleou e caiu. Com o 15 de Novembro entramos em pleno domínio da história contemporânea. Então o Exército, como sempre, esteve ao lado do povo. O patriotismo de um marechal concretizou enfim, o sonho de Frei Caneca e Bento Gonçalves. Com o mesmo pulso de Feijó e com a mesma espada de Caxias, que irmanados, simbolizaram a Cruz e a Espada a escorar como vigas mestras a construção do grande edifício nacional, que então se ergueu, sólido e magnífico, a energia de outro soldado, cheio de serviços, arvorado em regente da jovem república ainda inexperiente, disciplina suas rebeldias iniciais. Ferido em seus direitos sagrados, no que mais caro lhe era ao coração sacerdotal, observa D. Duarte, contudo o clero brasileiro não hostilizou a República; antes lhe tem dado, em circuntâncias excepcionais o concurso de seus homens, de sua doutrina, de sua disciplina, de seu devotamento, de seu exemplo, e sôbretudo de seu coração. Sejam exemplos frisantes a questão do ensino, o serviço militar e a questão social.

Pioneira do ensino entre nós, foi a Igreja que manteve por espaço de mais de dois séculos a responsabilidade exclusiva do ensino público. Se o problema nacional é por excelência o problema da educação, como já observou Miguel Couto, coube à Igreja a glória imensa de ter sido a primeira a tentar sua solução. Essa tarefa de plasmar pela educação e pela cultura a grandeza do Brasil, continua ela a desempenhar em nossos dias através de dezenas de congregações e ordens religiosas que disseminam, em todo o território nacional, centenas de estabelecimentos de ensino primário, secundário, superior, escolas de artes e ofícios, patronatos, nos quais é ministrada sólida formação cultural, técnica, profissional e moral, a milhares de jovens, com incalculável economia para o Estado, que encontra nesse trabalho um dos grandes fatores de sua estabilidade e progresso.

Ao próprio serviço militar obrigatório prestou a Igreja colaboração inestimável, pois a campanha patriótica de Bilac não teria passado de um belo soneto, como já se afirmou alhures, sem a palavra do clero falando à alma do povo, concitando-o ao dever patriótico até o mais longínquo dos nossos lugarejos.

Dest'arte a opinião pública compreendeu a necessidade

desse serviço, necessidade essa já prevista pela visão administrativa de Tomé de Souza, já preconizado pelo gênio de Martius e pregado pelo patriotismo de Bilac, que em magnífica campanha doutrinou a Nação de norte a sul em termos como estes: "Que é serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. A caserna é, enfim, o filtro admirável em que os homens se depuram e apuram".

E no momento que atravessamos, em que o problema econômico e o da luta das classes inquieta e convulsiona pela base as mais sólidas organizações políticas, é a Igreja que, através dos princípios sociológicos formulados pela sabedoria inspirada dos Sumos Pontífices Romanos, em suas Encíclicas, orienta a nossa legislação trabalhista e prepara nova ordem social mais cristã e mais humana. "Da teologia católica, já se afirmou, emergiu uma sociologia; o dogma frutificou em teoria social, política, econômica e jurídica. Essas regras vitais de ação coletiva incorporadas à legislação e às diretivas da política econômica, disciplinam e pacificam hoje, numerosas nações". Caridade e Justiça eis o binômio polarizador, chave do grande problema já apontado há dois mil anos por Aquêle que dizia e podia dizer: "Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida".

— Muita razão teve, pois, D. Duarte em afirmar que a Igreja prestou à República concurso inestimável.

Com esta entretanto, um pugilo de visionários, sincero embora, mas desorientado, tentou laicizar a vida nacional, supondo ingenuamente, para isso, bastar proscrever o nome de Deus do texto das leis. "Como se a letra morta dos cânones pudesse sufocar as profundas aspirações da alma de um povo". O *grande equívoco da política de 91* foi orientar-se pelo figurino francês laico, desgarrando-se paradoxalmente da orientação constitucional americana que nos serviu de base. Analisando as origens e os caracteres morais da nossa Constituição, Rui assegura-nos que sua embriogenia é exclusiva e notoriamente americana: "E nos Estados Unidos a religião é a primeira das instituições políticas. Lá provam seus presidentes e legisladores que a separação entre a igreja e o estado não separou a nação do cristianismo".

Felizmente, bem avisados andam nossos atuais legisladores concretizando essa exegese dos mestres, orientando-nos, particularmente depois da Reforma Constitucional de 1934, no sentido de, realisticamente, acolher e mesmo colaborar com essa grande fôrça de formação nacional que é a Igreja. É que se verificou, à saciedade, com aquela malograda experiência, que o laicismo defendido pela maçonaria, o naturalismo preconizado pela escola de Recife, o positivismo apostolizado por Teixeira Mendes e Benjamim nada construíram. É que ideologias indiferentes ao bem e ao mal não sabem conjugar o modo imperativo. Não se conhece nenhum código de moral baseado na Matemática, na Física e na Química, já observou o eminente Muniz de Aragão. Só à educação integral, o que equivale dizer religiosa, é dado influir no caráter da coletividade como no do indivíduo.

Ainda há pouco, justificando o projeto de lei que instituiu o "Dia Nacional de Ação de Graças", manifestou-se o Senado dessa forma: "A Constituição da República solenemente declara em seu preâmbulo que os representantes do Povo Brasileiro se colocam sob a proteção de Deus. Nossa Carta Magna reconhece a Religião como um fato social, assegurando porisso mesmo a inviolabilidade da crença e o exercício de todos os credos religiosos — salvo os que podem contrariar a ordem pública e os bons costumes — a administração do ensino religioso nas escolas, a validade do casamento religioso e a instituição de capelães junto às Forças Armadas. Porque segundo Rui Barbosa e outros mestres de Direito Público, o princípio consagrado pela mesma Carta Fundamental de separação da Igreja do Estado não importa na afirmação de ateísmo oficial. Por concordarem com semelhante interpretação, as duas casas do Congresso tomaram a iniciativa de introduzir publica e solenemente, na sala de suas sessões, a Imagem do Crucificado, prática que vinha sendo adotada pelos tribunais judiciários etc.".

## REAÇÃO SALUTAR

Destarte reagimos realisticamente contra aquela política laicista atendendo às profundas aspirações do povo brasileiro. E nem podia deixar de ser de outra forma, pois como já doutrinou Rui, "uma constituição é e deve ser, por assim dizer, a miniatura política da fisionomia de uma nacionalidade. Quando não seja pois um falso testemunho, solenemente, levantado ao povo a que se destina, tem de lhe esboçar em grandes traços

Decreto-Lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944



o sentimento geral. Ora, se a República veio organizar o Brasil e não esmagá-lo, a fórmula de liberdade constitucional na República necessariamente há de ser a forma cristã". E mesmo porque as "Bases da Fé", inseridas em suas "Cartas da Inglaterra", constituem afirmação do princípio hoje incontroverso de que os govêrnos ateus são prejudiciais aos povos, conduzindo-os, insensivelmente, à anarquia".

Particular menção merece, sem dúvida, o restabelecimento das *capelanias militares*. Sua significação moral e cívica é realmente profunda, tanto na paz como na guerra. "Banir do quadro militar, como o fôra entre nós, em nome da liberdade, o elemento religioso é estabelecer debaixo dêsse nome a mais odiosa das servidões e pagar com ingratidão suprema os serviços do marinheiro, do soldado e do aviador." A que título, pergunta Rui, o civismo vestindo-me a farda me sequestra as relações religiosas, e sobre me exigir o sacrifício da vida, me impõe a morte do ateu?".

Essa última guerra consagrou entre nós a prática dêsse ato de justiça para com o soldado brasileiro; direito que nunca lhe fôra negado, quando se bateu no Paraguai e no Prata. Frei Orlando, que imolou sua vida pela causa de Deus e da Pátria, acompanhando até o túmulo, os nossos 400 pracinhas que lá ficaram no cemitério de Pistóia, reatou a tradição de Frei Fidélis, o apóstolo soldado da campanha do Paraguai.

Eficiente tem sido a atuação do serviço religioso da FEB, afirma oficialmente, o Gen. Mascarenhas de Morais, em seu boletim de 5 de março de 45: "Os capelães brasileiros, seguindo o exemplo daqueles padres que sempre se encontraram onde uma ânsia de liberdade surgia no solo pátrio, acorreram céleres ao chamado para acompanhar a tropa brasileira na luta pela liberdade do mundo. Acompanhando com desvelo a vida do soldado, fortaleceu-lhe na dignificante missão que cumpriam tão longe da Pátria, confortando-o nos momentos de crise com palavras de amigo e com os sacramentos da Igreja, auxiliando assim, eficazmente, a ação do comando, etc. Merecem por isso a admiração respeitosa de todos os que aqui lutam e a veneração da nossa gente de além-mar".

Esta vinculação do templo com a caserna na paz como na guerra sublimou a orientação da única fôrça organizada da Nação, impedindo que o "ateísmo armado de fuzil e baioneta", na expressão de Rui, destruísse a ordem social e devastasse consequentemente, as consciências e as almas.

## A CRISE ATUAL

Hoje, particularmente, face a situação internacional, e consequentemente nacional, situação de fratura de quadros políticos, sociais e econômicos, imensa é a responsabilidade das Forças Armadas. Nesta volta da história em que a caravana humana, a que se refere o Conde Du Plessis, desarvorada, redemoinha sem rumo, ameaçada por uma onda de universal anarquia sem atinar mais com aquêle sentido da história referido por Berdiaf, onde iremos parar? Que esperança no futuro poderíamos nutrir se não fosse a nossa fé inquebrantável no providencialismo histórico dos Agostinho, dos Bossuet, dos Soloview e dos De Maistre.

O comunismo aí está hoje, como ontem o nazismo, a ameaçar os mesmos valores em cuja defesa o Brasil enviou os seus soldados para os campos de batalha da Europa. A ameaça que realiza é imensamente grave, já se firmou alhures, é uma conquista de almas, uma devastação de consciências, uma corrupção da nossa natureza, um assalto à dignidade da pessoa, um roubo à liberdade de pensar e de crer, negação de toda justiça, redução da vida humana ao elementarismo das exigências biológicas. Estão em jôgo nesta luta não só a soberania nacional e a integridade da Pátria mas todas as conquistas arduamente realizadas pelo espírito em séculos de cultura cristã.

Em se tratando, pois, de uma crise de consciência moral que tem raízes éticas e ideológicas, sua ameaça envolve todos os convívios sociais, inclusive, é claro, o constituído pelas Classes Armadas. Daí o dever destas de, preliminarmente, preservarem-se a si próprias a fim de poderem realizar sua missão histórica. Única expressão da força organizada no País, só as Forças Armadas serão capazes de se opôr, como última barreira a essa outra força avassalante dos adeptos do comunismo russo. Idéias só se podem combater com idéias. O emprêgo das armas supõe preliminarmente a mobilização das almas. À loucura do crime só há um antídoto, a loucura da cruz. Mas como a mística do mal já se materializou em fôrça, perfeitamente organizada, só essa outra fôrça, o Exército, iluminado pela mística do bem, o Cristianismo, poderá opor-se, como última barreira, à nova invasão dos bárbaros que nos ameaçam. Em conseqüência, só o Cristianismo poderá colaborar com as Classes Armadas, ofertando-lhes as melhores sugestões na defesa

das fronteiras materiais e espirituais do Brasil.

## SÍMILE IMPRESSIONANTE

Aliás o símile entre as virtudes militares e cristãs é impressionante. Que é afinal o Cristianismo, senão uma milícia espiritual? "Bonus milis Cristi" são os Apóstolos. Onde encontrar os mais sólidos fundamentos dos conceitos da pátria, disciplina, sacrifício, autoridade, culto ao dever, senão no código do Evangelho? O Exército impõe autoridade, a Igreja a justifica e a faz amável. É que a virtude, o sacrifício, o heroísmo são fenômenos que supõem necessariamente, para não serem absurdos, a existência de leis morais e religiosas. A história aí está para provar a nossa tese. Servir a Deus é servir a Pátria; é viver uma vida de serviço, de obediência, de amor e principalmente de penitência. Já na canção de Rolando, por ocasião da batalha do Roncevaux, a penitência imposta depois da absolvição geral foi que êles se lancassem à luta com desapêgo completo da vida. Realmente, o cristão é um militante assim como o militar é e deve ser apóstolo. Quanta razão teve Augusto Comte quando afirmou que só o Cristianismo dá ao sentimento patriótico seu verdadeiro valor e medida. E Guizot, o célebre historiador protestante, disse que a Igreja é a maior escola de disciplina que jamais existiu. Grande coisa é, em verdade, viver em obediência. Pela desobediência, vieram a morte e o pecado: pela obediência, a redenção e a vida. Só esse conceito de disciplina integral poderá se opôr à ideologia da revolução mundial, daqueles que vivem conspirando contra a ordem e contra a lei. Peritos na técnica de incêndios, mestres de intentonas, especialistas de sabotagens, mentores de assassinatos políticos, artistas consumados na arte de representar comédias de julgamento e tragédias policiais.

## TRÁGICA ADVERTÊNCIA

E o exemplo de Bogotá é bem recente. De um dia para outro despertou essa capital, uma das mais cristãs, cultas e civilistas da América, dentro de um regime de destruição de sua história. Desencadeara-se furioso o grande cataclisma social. Bogotá, sob as vistas do grande conclave constituído pelos embaixadores da paz, ardia como a Roma de Nero. Durante vinte horas de vandalismo, de saque, de pilhagem, de estupro, de incêndio, de destruição, de embriaguez, de motim, o país viveu,

como informa Gonzales Ramirez em seu impressionante opúsculo "o 9 de abril", o que já foi denominado o mais espantoso momento de sua história. Hora de loucura e de crime. Edifícios recém-construídos consumiam-se como folhas de papel; hotéis de primeira categoria derretiam-se como velas de sebo; palácios e museus reduzidos pelas chamas como troncos ressequidos; o palácio Arquepiscopal e a Nunciatura achatados como um castelo de cartas; colégios por onde haviam passado gerações de colombianos reduzidos a cinzas. Vi cidades bombardeadas na última guerra, acrescenta com espanto o nosso informante, afirmo, porém, que o espetáculo não era tão aterrador. Em 20 horas apenas, foram vitimadas cerca de 20.000 pessoas. Não, isso não é Colombiano. Isso não somos nós, diziam, não é nem o nosso passado nem o nosso presente, há algo de diabólico, de asiático, que não faz parte de nossa raça, nem de nossa índole, nem de nossos costumes, nem da nossa maneira de fazer política. E a salvação, conclui, devemos exclusivamente a Deus e ao Exército. Foi este que, como uma barreira, se opôs à onda de barbárie; sem essa trincheira humana, de carne humilde e gloriosa, a Pátria teria sucumbido e varrido pelo vendaval teria sido um século de história civil da Nação, de que tanto nos ufanamos. Sobre essas ruínas se ergueria, então, o totalitarismo moscovita, ignominioso como todos os totalitarismos". Face essa conclusão podemos nós agora tirar a *moral deste conto dantesco.*

O perigo que nos ameaça é o mesmo, malgrado o clamor e a obstinada denúncia de outras forças morais do País, como a Imprensa, a Opinião Pública, que entretanto não poderão por si sós opor violência à violência. A salvação depende pois das Classes Armadas. Enquanto estas se mantiverem fiéis à sua vocação, de fundo essencialmente cristão, pode ficar tranqüilo o povo brasileiro relativamente à sua sobrevivência histórica. Pois as forças que nos impeliram também a nós àquele repúdio, até o choque violento de 27 de novembro de 1935, evitando no Rio a antecipação das cenas de Bogotá, são as mesmas forças, que como vimos, na primeira parte de nosso trabalho, constituíram em quatro séculos de formação o nosso ser histórico, a nossa psicologia de Nação, que determinaram a nossa independência, que fizeram a glória de nosso Império e que forjaram as melhores páginas de nossa vida republicana. Essas forças são as certezas, os valores que modelaram a nossa formação espiritual e ética, são a imagem espiritualista e cristã da vida que estava nas camadas mais profundas da sub-consciência nacional. Estas forças nos falam através daquela linguagem cheia de

piedade de Anchieta em seus evangélicos colóquios com os homens nus e primitivos do Brasil. Essas forças são as sugestões heróicas que provêm daqueles mamelucos bandeirantes, os ousados dilatadores das nossas fronteiras; essas forças são a eloqüência do padre Vieira, que depositando no fundo de nossa sensibilidade o amor à terra e a ternura humana para com o índio e o negro, já nos premunia contra a crueza pagã do materialismo ateu; essas forças são todas as nobres e puras vozes que vêm do fundo da nossa história, apostolizando em nome do Evangelo que nos formou a fraternidade entre os homens, afirmando a justiça, reconhecendo a eminente dignidade da pessoa humana, transformando de pólo a pólo o Continente Americano, no mundo da Democracia, que no conceito de Bergson tem origem e essência evangélicas.

Meditando nos ensinamentos dos fatos enumerados nesse pálido bosquejo de nossa formação, no qual procuramos destacar a interação das duas grandes forças que dominam o processo de nossa formação histórica, concluamos que todo o abalo na estrutura cristã das nossas Forças Armadas, convulsiona e desagrega os fundamentos e as características da evolução nacional.

A Igreja salva a Nação nesta hora de universal anarquia pela sua preservação salvadora na caserna.

Ouçamos as vozes de comando dos homens que em nossa história souberam compreender o valor vital dessa equação: cristianizar é civilizar: consolidar e expandir a civilização brasileira é fazê-la fiel à fé dos pro-homens que a plasmaram.

"Defunctus ad huc loquitur"...

Assim, realizaremos nossa vocação de apóstolos e soldados do Brasil, vivendo aqueles magníficos versos de Paul Véron:

"Donner son bras, son sang la plus nóble cause
Prier, parler, aimer — être apôtre e soldat".

*Pôrto Alegre -- Outubro de 1949*

# SAUDAÇÃO DO DR. J. P. COELHO DE SOUZA

A posse do Coronel Rinaldo Pereira da Câmara, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, reveste uma singular significação.

Destaca-se, de logo, à consideração das pessoas afeitas ao estudo dos assuntos históricos rio-grandenses o significado e o conteúdo deste ato.

Pascal julgava a sucessão dos homens, no curso da história, como um só homem que subsiste sempre.

Esta solenidade comprova êsse alto pensamento, pois cinco gerações estão aqui reunidas, no mesmo sangue e no mesmo espírito.

Pela estirpe paterna, o nosso recipiendário é um representante da quinta geração dos Corrêa da Câmara.

Patrício José Corrêa da Câmara, originário da ilha Terceira e oriundo de uma das mais nobres famílias dos primeiros descobridores e povoadores das ilhas, aportava, em 1766, no Rio de Janeiro, com o pôsto de tenente de artilharia, recebendo no ano seguinte a sua promoção, por serviços já prestados na Metrópole; em 1772 chega ao Rio Pardo, onde, durante cinqüenta e cinco anos, desenvolverá uma grande ação na paz e na guerra: destaca-se na retomada do Rio Grande e conseqüente expulsão dos espanhóis do território continentino, devendo-se-lhe a ocupação do forte de Santa Tecla; participa, marcantemente, das campanhas da Cisplatina; estimula Santos Pedroso e Borges do Canto à arrancada heróica que completaria a configuração geográfica do Rio Grande: a ocupação de Missões. .

Às suas vitórias seguia-se, sempre, um ofício religioso de ação de graças.

Falece com o título de Visconde de Pelotas, o 1.º, na mais avançada idade, coberto de glória e cercado de veneração — e depois de dispôr, durante tantos decênios, sôbre os imensos territórios que incorporara à Pátria, do seu inventário procedido em Pôrto Alegre, consta ter tocado, a cada um dos herdeiros, dois contos de réis. (1)

Seu neto, José Antônio, 2.º Visconde de Pelotas, pertenceu àquela galeria ilustre de soldados que o Império creou para a grandeza do Brasil.

Fiel à sua vocação, militar desde os quinze anos, voluntário de todos os sacrifícios, participou das duas campanhas do Uruguai, a de 1851 e a de 1864, e fez a guerra do Paraguai, do princípio ao fim.

É nessa guerra, diz a biografia oficial dos Chefes da Ca-

valaria Brasileira, que as suas belas qualidades morais, de bravura, sangue frio, coragem, perícia e intrepidez têm a oportunidade de se revelar.

Caxias, na famosa ordem do dia dando por finda a guerra, pôsto que fora destruído o grande Exército do ditador, afirma que as suas qualidades "tornaram êsse valoroso soldado digno dos maiores elogios que, com satisfação, lhe tributo".

O Conde d'Eu, terminada a campanha da Cordilheira, assim se manifesta sôbre a personalidade de Câmara: "Faltam expressões, para não só devidamente louvar e exaltar os serviços prestados à causa pública pelo General Câmara, como também para especificar as qualidades militares por êle demonstradas, a sua atividade sem igual, a sua bravura e a sua inteligência excepcional". (2)

Seu bisneto é o general Alfredo Pinheiro Corrêa da Câmara — bravo, altivo, honrado e leal general da República, de assinalados serviços à sua nobre classe.

Ainda pela linhagem paterna o nosso novo consócio é bisneto do Visconde São Leopoldo.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, pertenceu àquela geração que levou Oliveira Martins a dizer que, nos fins do século XVIII e princípios do XIX, os melhores espirítos que escreviam em língua portuguêsa eram brasileiros.

Com a Independência abriram-se-lhe as portas da vida pública: em 1825 já era primeiro ministro do Império, em 1826 senador, conselheiro de Estado e Visconde.

"O Visconde de São Leopoldo, porém, não fôra talhado para as lutas políticas. Seu caráter era plácido e sereno. Pensador, filósofo, alma dotada de profundas convicções religiosas, êle dominava os acontecimentos na alta superioridade de sua razão, observava a marcha dos negócios públicos com sua reflexão poderosa, sem se misturar nas paixões do dia.

Era um cenobita da verdade, que no fundo do seu gabinete, esquecido das grandezas humanas, entregava-se a indagações profundas dilatando o horizonte das ciências e das letras.

.....

Livre das preocupações ardentes da política, sua inteligência vigorosa pôde aplicar-se então, desassombrada, a severos estudos, os seus primeiros trabalhos vieram engrandecer a literatura nacional.

Na cidade de Pôrto Alegre fixou sua residência, no histórico solar situado na rua da Igreja, entregando-se, todo, ao culto da história e da literatura". (3)

Pela progênie materna o novo membro do Instituto His-

tórico é um Barreto Pereira Pinto.

Francisco Barreto Pereira Pinto veio da Colônia com Silva Paes, quando da fundação do presídio do Rio Grande, e entrou para o Regimento de Dragões do Rio Grande no pôsto de tenente, sendo alferes talvez da tropa de Minas Gerais.

A seu respeito dizia Gomes Freire, em carta ao general comandante da Colônia: "Francisco Barreto passou a tenente e me parece que há de servir com honra".

Era o Comandante dos Dragões em 1774 e escrevendo ao Marquês de Pombal, dizia em carta o Marquês do Lavradio: "Este Corpo de Dragões se deveria completar, porque me parece estar muito diminuto: Verdade é que conta muito sôbre o seu comandante que é o Major ou Tenente-Coronel Francisco Barreto, que governa tudo naquelas paragens; constando-me que o Conde de Bobadella tinha determinado mandar-lhe a patente de tal caráter pelo seu préstimo, zêlo do Real serviço e desinteresse".

Desse desinterêsse é uma prova o fato de ter êle distribuído largamente terras nas regiões sob a sua jurisdição, como comandante de fronteira e conquistador de territórios, que iam sendo incorporados à Corôa portuguêsa e não ter tomado nenhuma porção para si. (4)

Em sua descendência ilustre e numerosa contam-se o Coronel do mesmo nome paterno e o famoso Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, herói la Cisplatina e do Passo do Rosário — trisavô do nosso consócio.

Não obedeceu essa evocação genealógica a uma fátua intenção.

Os feitos de um homem ou de uma geração valem pelo espírito que os anima e determina, pelo seu substrato moral, e o que impulsionou êsses varões fortes e ilustres, bem vimos, está cristalizado nessas constantes da sua existência: o puro amor à Pátria e a religiosidade profunda.

Essas características são as mesmas da vida e da ação do nosso novo confrade — no curso da história continentina êles são, dessarte, um só homem.

Pela origem, pois, e pela formação doméstica, cujos fundamentos morais sempre preservou e aprimorou, o Coronel Pereira da Câmara é um homem que se singulariza pela unidade de conduta e de pensamento: cadete, ontem, comandante de cadetes, hoje; militar ou historiador; oficial no quartel ou no campo das lutas que têm ensaguentado a nossa Pátria nas duas últimas décadas — a sua diretriz não tem sofrido inflexão.

Patriotismo sem mescla, desambição, honestidade, fé arrai-

gada — são as suas constantes.

Matriculado na Escola Militar, em uma fase de renovação da mentalidade militar, pela presença da Missão francêsa e pela reação de um plêiade de oficiais, cognominada a "missão indígena", o coronel Pereira da Câmara incorporou-se logo a um grupo de alunos que, reagindo as últimas influências do laicismo de Benjamim Constant, procurava reintegrar as Fôrças Armadas no espírito cristão que definiu a sua conduta no período de formação nacional, como o boletim de informações do SAR encarecia, recentemente; hoje, comandante de uma escola de preparação militar, educa pelo exemplo, dentro das mesmas diretivas.

Militar de sangue e por predestinação, sempre cultivou a coesão brasileira, a vocação da ordem e a disciplina consciente.

Ministrando instruçao aos recrutas, no quartel, era um educador; no triste chão da luta fraticida, depois do combate de Tupanceretan, era o soldado de Cristo, assistindo e confortando os moribundos.

Os fronteiros de Rio Pardo e os dilatadores das extremas da América Portuguêsa, na sua estrutura moral e na normativa da sua ação militar, estão presentes na pessôa do descendente que o Instituto Histórico e Geográfico recebe hoje.

Mas o Visconde de São Leopoldo, o homem da cultura e da meditação, que, juntamente com o cônego Januário da Cunha Barbosa e marechal Cunha Matos, fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, também está representado no nosso novo consócio.

E êssa é a outra nota assinalante deste ato — a cultural.

Possuidor de uma sólida cultura geral e profissional, servido por uma segura informação filosófica, dominando a ciência da história, com especialização na história militar, o coronel Pereira da Câmara é um espírito que honrará esta casa.

Uma apreciação ligeira, imposta pelas circunstâncias, da sua bagagem intelectual e do ensaio com que hoje se apresenta n este Instituto, são comprovações dessa assertiva.

Destacam-se algumas das suas publicações.

*1.º — Aquidaban perante a História*

Êsse trabalho de grande fôrça dialética, fundada em incontestável documentação, encerra uma polêmica provocada por um artigo publicado em "Defesa Nacional", revista militar que se edita no Rio de Janeiro, na qual seu autor — depois de biografar o General José Antônio Corrêa da Câmara, aliás de

modo laudatório — conclui afirmando que o Marechal Solano Lopes foi lanceado na presença do General Câmara e seu cadáver arrastado pela correnteza do Aquidaban.

No intuito de restabelecer a verdade histórica, o Coronel Pereira da Câmara enviou à referida revista uma segura contestação, indicando documentos que provam a atitude do Visconde de Pelotas face à morte de Lopes.

Criticando essa resposta, o sr. Leopoldo Ramos Gimenez, lopesguaio apaixonado, tentou destruir as conclusões do Coronel Câmara, em artigo que exalta a memória de Lopes e deprime a personalidade do General Câmara.

Restabelecendo definitivamente a verdade histórica, o Coronel Pereira da Câmara nessa réplica, pulveriza o ataque do sr. Gimenez.

*2.º — O Visconde de São Leopoldo e um documen- inédito.*

Nessa contribuição apresentada ao Congresso de História e Geografia de São Leopoldo, em 1946 ,o Coronel Pereira da Câmara divulga um documento do seu riquíssimo arquivo histórico: uma carta de Saint-Hilaire ao Visconde de São Leopoldo, que assim começa: "Talvês confunda meu longo silêncio com esquecimento, mas não; quem vos conheceu jamais poderá esquecer-vos. A causa deste silêncio deve ser atribuída tão sómente a uma moléstia que me incomodou durante vários anos, obrigando-me a fugir para o Sul da França, em busca de um clima semelhante ao do Brasil. De volta a Paris lembrei-me logo de vós, apresentando-vos como correspondente da "Sociedade Filomática", a primeira entidade depois do "Instituto". Encarregaram-me de apresentar um relatório sôbre vossos trabalhos, o qual vos envio".

O documento está precedido de uma resumida biografia do autor dos Anais da Capitania de São Pedro e de uma relação completa das suas obras.

*3.º — A influência da Companhia de Jesus na formação histórica do Brasil*

Conferência pronunciada no Seminário Central de São Leopoldo, por ocasião da semana de Santo Inácio, em 1943 — que antecipa uma das faces do ensaio que nos será lido hoje.

*4.º — Fundamento da Raça*

Conferência pronunciada, na Casa de Portugal, por ocasião da comemoração da batalha de Aljubarrota.

Nesse verdadeiro ensaio, são apreciados dois temas: a vocação de Portugal — a dilatar a fé e o reino; a resultante dessa predestinação — o Brasil vinculado a Portugal pela mesma língua, pelos mesmos sincronismos históricos, por identicas características psicológicas, pela comunhão da mesma fé.

Do aspecto sociológico, é um dos mais interessantes trabalhos do Coronel Pereira da Câmara: fazendo a sua apreciação, do ângulo da história social, permito-me dizer, na condição de modesto estudioso da mesma, que aí se afirma o primado da cultura luso-brasileira sôbre as outras que têm, intrusamente, tentado impôr-se em determinadas regiões do Brasil — sem o carácter polêmico, é bem de ver, com que tem sido tratado o assunto por outros.

Porque a cultura nacional, no seu sentido antropológico ou sociológico, é eminentemente luso-brasileira, como decorrência de dois fatores. O primeiro é a conquista: os portuguêses descobriram, conquistaram e povoaram o imenso país, realizando feitos de energia e penetração que ainda hoje, com os recursos modernos, seriam prodigiosos; repeliram o corsário inglês, o invasor francês, o conquistador holandês — afirmando sempre o seu direito sôbre a terra; dilataram o território e deram-lhe novas extremas, ainda que a preço de guerras que se estenderam da remota fundação de Sacramento, em 1680, à incorporação da Cisplatina, nas vésperas da Independência.

Enfim legaram-nos um Brasil possuidor duma área três vezes superior a que fôra fixado pelo Tratado de Tordesillas.

O segundo é o gênio colonizador do português. Não faltam "sociólogos" de carregação, impertinentes veranistas da história social que malsinam a colonização lusa e vertem as últimas lágrimas patrióticas sôbre a fracassada conquista batava — mas a sua crítica, via de regra, bem revela o preconceito aristocrático com que concebem a idéia de raça — numa atitude mental que mal dissimula a intenção de ostentar um arianismo duvidoso e ingênuo.

Dois espíritos eminentes, afastados no tempo e na maneira de conceituar a vida — Eduardo Prado e Gilberto Freyre, puseram definitivamente esta questão nos seus têrmos, não jogando com elementos passionais, mas apreciando-a em face da história e da sociologia, compreendendo-se esta como ciência em mais íntima dependência de outras ciências.

Lamentavelmente, não é possível desdobrar aqui êsse assunto — e cumpre acentuar, mais uma vez, que êsse primado da cultura luso-brasileira não importa em uma xenofobia primária nem hostilidade insustentável aos brasileiros de origem não lusa

*5.º — Um grande capitão*

Análise da ação de Caxias durante a guerra do Paraguai. Conferência pronunciada por ocasião do encerramento dos cursos da Escola Preparatória de Pôrto Alegre, em 1946.

O trabalho se desdobra em dois capítulos: as características de um grande capitão — equilíbrio entre a inteligência e o carácter, entre as qualidades morais e intelectuais; Caxias a possuía e as demonstrou na manobra do Chaco, de carácter envolvente, de autêntico sêlo napoleônico, esmagando o exército inimigo nas famosas batalhas da dezembrada.

*6.º Perfil do General Osório*

Aula inaugural, pronunciada na referida Escola, em 1947 — que revive o perfil do patrono da cavalaria brasileira.

*7.º — A assistência religiosa nos quartéis*

Tese apresentada, por ocasião do Congresso Eucarístico Estadual, de 1937 – que estuda os aspectos morais e políticos da instrução religiosa à tropa e que imprimiu novo impulso à salutar campanha de recristianização do Exército.

*8.º — A campanha dos Andes*

Conferência pronunciada por ocasião da inauguração do retrato do General D. José de San Martin, oferecido pelo consulado Argentino à Escola Preparatória de Pôrto Alegre.

Trabalho de grande envergadura, analisa o sentido histórico, político e militar do maior feito do Grande Capitão dos Andes.

A cultura geral, especializada e profissional do autor ganham o merecido relevo nesse trabalho fundado em rica bibliografia sul-americana.

A simples enunciação dos sub-títulos da conferência evidenciam a sua riqueza: A campanha dos Andes (perfil do chefe); a situação política em 1816; estudo do teatro de operações;

forças em presença; início da campanha; execução do movimento; a batalha de Chacabuco; a vitória de Maipu e as suas consequências; Nossa Senhora, padroeira do exército dos Andes; a campanha do Peru; declaração de Independencia do Peru; paralelo entre Bolívar e San Martin; renúncia de San Martin; significação histórica e militar de San Martin.

*9.º — Um ensaio de psicologia militar — O Marechal Foch, sua vida e sua obra*

Conferência pronunciada na Escola Preparatória de Pôrto Alegre por ocasião da abertura dos cursos, 1949.

Trabalho de erudição inspirado pela admiração profunda ao Marechal da Vitória, estuda a psicologia do soldado à luz de um caso concreto.

Ditado pelo amor à figura do grande condutor, ao qual sem dúvida se sente ligado por afinidades espirituais e vocacionais, o Coronel Pereira da Câmara deu ao tema o mais amplo desenvolvimento, como fazem certo vários itens em que o dividiu: Seus troncos seculares; sua educação; voluntário de 70; sua formação militar; suas obras — "Princípios da Guerra e Conduta da Guerra"; bilhete azul; promoção a general; o Marne; comandante de exército do norte e coordenador da ação dos anglo-franco-belgas; comando em chefe; a ofensiva alemã; sua ação ante a onda germânica; a ofensiva; rendição de Ludendorf e Hindenburgo; a glória; recepção no Instituto de França; o discurso de Poincare; o recolhimento; a Bretanha, seu físico; sua psiquê; inteligência (certeza), vontade, (fé), equilíbrio (traço dos grandes capitães) virtude (religião); o fim: consagração universal.

— Na imprensa, o Coronel Pereira da Câmara tem publicado vários trabalhos, correlatos com os assuntos aqui indicados, destacando-se o estudo — *"Caxias e San Martin"*, publicado na revista "Ejército y Armada" de Buenos Aires, que lhe valeu o título de membro do Instituto Sanmartiniano daquela cidade.

O trabalho com que se apresentará a este Instituto, hoje, denomina-se — *"O Exército, a Igreja e a Nação* — A preservação do nosso patrimônio histórico, de modo a facilitar a nossa sobrevivência".

O têma que desenvolverá está assim lançado: "Tenho para mim que enquanto as nossas Forças Armadas se mantiverem fiéis à sua vocação de fundo essencialmente cristão, pode ficar tranquilo o povo brasileiro relativamente à sua sobrevivência histórica".

Em uma síntese de quatro séculos, de Tomé de Souza aos dias atuais, apresenta os fatores militar e religioso, farda e roupeta, como duas constantes através das variantes da nossa história, distribuídos pelos seguintes capítulos: Posse, defesa da costa, dilatação do território. Defesa do território alcançado. Autonomia, Império e República. Laicismo e recuperação.

Para concluir com o motivo inicial: "Enquanto as nossas Forças Armadas se mantiverem fiéis à sua vocação de fundo essencialmente cristão, pode ficar tranquilo o povo brasileiro relativamente à sua sobrevivência histórica — pois as fôrças que nos impeliram à ação contra a intentona de 27 de novembro de 1935 são as mesmas fôrças que, como vimos neste trabalho, constituíram em quatro séculos de formação, o nosso ser histórico, a nossa psicologia de Nação, que determinaram a nossa Independência, que fizeram a glória do nosso Império e forjaram as melhores páginas da nosso vida republicana".

Sem nenhuma pretensão crítica, obedecendo, apenas, aos imperativos da designação para pronunciar a alocução de recebimento do Coronel Pereira Câmara — cuido ser, de tôdo, procedente a tese esposada no ensaio do recipiendário.

A história social do Brasil, friamente apreciada, escoimada do lirismo patriótico e de tendências sectárias, demonstra que os dois grandes fatores da integração e preservação nacional foram o Exército e a Igreja.

É o panorama do Brasil nascente, gizado pela pena singular de Euclides da Cunha, que nós dá o sentido da ação nacional do Exército e que evidência a sua missão histórica.

Os vários agrupamentos em que se repartia o povoamento rarefeito, envolvendo emperradamente sob o influxo tardo e longínquo dos alvarás da metrópole, e de tôdo desquitados entre si, não tinham uniformidade de sentimentos e idéias que os impelissem a procurar na continuidade da terra a base física de uma Pátria.

Formacões mesticas, surgindo de uma dosagem variável de três raças divergentes em tôdos os caracteres, em que as combinações díspares e múltiplas se engraveciam com o influxo diferenciador do meio físico, de par com as mais opostas condições geográficas num desdobramento de 35 graus de latitude, chegavam ao alvorar da nossa idade com os traços denunciadores de nacionalidades distintas.

Dizem-no tôdos os casos dos tempos anteriores...

. . . . . .

Distanciava-os o meio: isolavam-nos destinos divergentes; se-

paravam-nos profundamente as discordâncias étnicas. A diretriz da nossa história retorcia-se sem uma caracterização precisa, em movimentos parcelados estritamente locais. E punha-se de manifesto um corolário único: a formação de algumas repúblicas turbulentas, sem a afinidade fortalecedora de uma tradição secular profunda. (5)

Não me parece exato, neste passo, o autor de "Os Sertões".

A verdade é que a colonização portuguêsa avançava lentamente, à maneira daquela política de mancha de azeite, de que falava o General Liautey em Marrocos: as dificuldades criadas pela extensão territorial e pelos ínfimos índices demográficos explicam o interregno imenso existente entre as datas que assinalam o início da colonização em vários pontos do país — S. Vicente 1532 e o Rio Grande em 1737. Mas quando, no seu lento avanço, a colonização portuguêsa atingia novas regiões do país, caracterizava-se, de logo, aquela unidade de sentimento e de cultura que singulariza o mundo que o português criou: isso sem sacrifício, é claro, das diferenças nacionais ou regionais, e sem darmos à palavra sentimento um significado absoluto, à parte da experiência social dos homens.

Essa unidade íntima, de sentimentos, e externa, de cultura, nas suas formas mais evidentes e concretas, é consequência dos processos e das condições de colonização portuguêsa que, na Ásia como no Brasil, nas ilhas do Atlântico e até certo ponto na África, desenvolveram nos homens as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de simpatia, características do povo português — o mais cristão dos colonizados modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores — como demonstra Gilberto Freire em toda a sua já opulenta obra.

O próprio Euclides, no mesmo passo, afirma: "Entretanto, acima dessas divergências de ordem étnica e política, reinava inteira uniformidade nas situações mental, moral e social da colônia".

Não resta dúvida, porém que "os nossos patrícios de há cem anos tinham frágeis laços de solidariedade". (6)

Os agitados nove anos que mediaram entre o 7 de Setembro e o 7 de Abril não clarificaram as côres dêsse quadro.

Antes pelo contrário: na mentalidade elementar de então, a liberdade confundia-se com a licença; ao despotismo seguia-se a demagogia: os fenomenos políticos e sociais se agravaram com a Independência.

Na Regência, ponto culminante da nossa história política, devia decidir-se o destino do Brasil.

Saint-Hilaire advertia: "que os brasileiros se acautelem

contra a anarquia de uma multidão de tiranetes, mais insuportáveis do que um déspota único".

Era esse mal aniquilador, que o sábio itinerante entrevira, que nos ameçava, iminente.

Os tumultos federalistas, "os mais lógicos entre os que abalavam o país", imperativos inafastáveis da nossa desmedida base física e da nossa formação étnica irregular, prometiam converter-se em guerra de separação.

Naquela fase de abalo, a um tempo, de todo o edifício nacional, começou o Exército a satisfazer a sua missão histórica: recentemente fundido na brasa viva das guerras da Independênciacia, liberto dos chefes estrangeiros como Labatut — o Exército adquira forte conciência de si mesmo à ação das grandes famílias militares que se tinham formado no Brasil — os Lima e Silva, os Corrêa da Câmara, os Barreto Pinto, os Mena Barreto, os Marques de Souza.

Nabuco na sua obra clássica mostra que o Exército não era mais aquele cuja exacerbação, sete anos antes, levara D. Pedro, apesar de sua timidez, a expressão é do Padre Feijó, a dissolver a Constituinte e a desterrar os Andradas: a guerra do Sul o havia nacionalizado, os seus novos chefes eram *patriotas*, isto é, brasileiros" (7)

Única corporação nitidamente nacional, uno por sua origem e organização — cumpria-lhe manter e defender a Pátria, assegurando a unidade política e a ordem social.

E guiados pelas grandes estirpes militares apontadas, atendeu à sua função de lastro da organização nacional brasileira.

Assim agiu no 7 de Abril, nos tumultos da Regência, nas guerras de preservação nacional do 2.º Império, na Abolição, no 15 de Novembro, na consolidação da República, em 37 e em 45.

Sociologicamente apreciado, parece-me que se não pode dizer que o Exército foi o fautor da unidade nacional, pois esta não é obra artificial, mas, foi, sim — e nisso está o seu maior elogio — a grande expressão, o grande instrumento da civilização que o colonizador português criou.

Defendeu-a, preservou-a, consolidou-a.

E a sua missão não desapareceu: em recente conferência proferida na Escola de Estado-Maior afirmou muito bem Gilberto Freyre: "Diante de uma situação como a que se vem definindo no Brasil — a de um Exército organizado ao lado de atividades civis que continuam, quase todas, desorganizadas — a solução é claro que não deve ser a de desorganizarmos também o Exército, para que tudo se iguale ou se democratize na desorganização. Ao contrário: a solução que se impõe é a de pro-

curarmos imitar o exemplo do Exército nas zonas de atividade civil, organizando tão bem quanto ele as demais forças nacionais. Forças de que ele possa continuar a ser o coordenador em épocas de desajustamento mais agudo entre regiões ou entre sub-grupos nacionais". (8)

A Igreja é a criadora da civilização contemporânea e as falhas, inúmeras e grandes, que esta apresenta resultam da fuga dos homens à pura lei evangélica, da sua infidelidade ao Cristo.

Quando o Império Romano desmoronava, uma catástrofe social que se assemelha à nossa época, e quando as hordas bárbaras derramavam-se sôbre as ruínas, rugindo com uma vaga, foi a Igreja que, com perseverança multisecular, evitou a destruição total e formou as grandes nações cristãs da Europa.

Adoçou os costumes, instruiu, educou, humanizou, cristianizou.

Em verdade "na ordem política, Carlos Magno e S. Luiz, na ordem literária, Corneille, Racine, Fenelon, Bossuet, Dante, Tasso, Petrarca, na ordem filosófica, Agostinho, Tomaz d'Aquino, Suarez, na ordem artística, Murilo, Velasquez, Fra Angélico, Miguel Angelo, Rafael, na ordem moral, Francisco de Assis, Vicente de Paulo, encarnam aos olhos do observador extasiado a influência multiforme de sua ação civilizadora" (9).

Descoberto o Continente Americano, é ao seu influxo que se inicia o nascimento e o crescimento da nossa civilizacão.

Eduardo Prado, aquele luminoso espírito tão esquecido das novas gerações, em uma das suas lapidares conferências desenvolve esse tema: o Brasil, como toda a América Latina, é um exemplo de que há um método de colonizar que poderemos chamar sem erro o método católico. (10)

A mesma tese desenvolve Joaquim Nabuco, na sua admirável conferência "O significado nacional do centenário anchietano". (11)

Inútil se torna evocar a autoridade quando temos ante nós, na sua força sugestiva, o documento ou fato histórico.

No Brasil, a Igreja civilizou, educou e preservou a unidade nacional.

Civilizou porque ante a cupidez dos colonizadores brutais, Ela foi a suprema renúncia cristã; porque ante a ferocidade primitiva dos silvícolas, Ela foi a suprema mansuetude cristã.

Educou porque durante mais de três séculos não tivemos uma escola criada pelo governo: as que possuímos, naquela fase, foram iniciativa exclusiva da autoridade eclesiástica e das ordens religiosas.

Preservou a unidade política não só porque no início da colonização era a única Instituição com unidade, existente por tôdo o país, como também pela sua ação na repulsa aos invasores francêses e holandêses.

Permito-me repetir um conceito que lancei no discurso pronunciado por ocasião das comemorações da passagem do IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus, em nome do govêrno do Estado: "Em que pese aos opositores das antíteses audaciosas — o Jesuíta precedeu Caxias.

A sua cruz, nos meados do século XVI e XVII, realizou a mesma obra política que a espada do Condestável cumpria fazer em meados do século XIX.

Sem a Igreja, ao invés de um Brasil uno no território, na língua, na tradição histórica e religiosa, a primitiva América portuguêsa ter-se-ia fragmentado em um Brasil francês, em um Brasil holandês e é possível que até existisse ainda um Brasil português!"

Tudo isso está resumido nesta página de um historiador acatólico, nosso contemporâneo: "Talvez não haja outro país que tenha, como o Brasil, a vida tão estreitamente ligada às batinas e aos buréis.

Portugal, a Espanha, a Itália e, aqui na América, o Paraguai, sempre tiveram os seus períodos históricos sulcados pela ação do clericalismo. Mas naqueles países, tem ela modalidades felizes e modalidades funestas.

No Brasil a ação clerical é sempre brilhante e sempre encantadora.

A formação da nossa nacionalidade começa à sombra das virtudes cristãs do padre.

Os vultos admiráveis de Nóbrega e Anchieta são os edificadores da sociedade brasileira. São os pedreiros dos primeiros fundamentos da vida nacional.

. . . . . .

Daí por diante a ação do padre e do frade em terras brasileiras é imorredoura Encontramo-los a cada passo, ora metidos nos reconditos da floresta, de cruz alçada, civilizando os índios; ora de armas nas mãos combatendo os invasores; ora ao lado da aventura, desbravando sertões, em prol da expansão territorial do nosso continente.

. . . . . .

Não há uma só das nossas revoluções políticas que não tenha à frente um frade ou um padre a bater-se pelo ideal da liberdade. Em tôdos os nossos movimentos liberais, lá está o padre e lá está o frade trabalhando e morrendo pelos princípios

#BRS03513
O exército - A igreja e a nação: Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico



avançados". (12)

Mas, tudo isso, aqui apontado em rápidos traços, vai desdobrar e comprovar o nosso ilustre confrade, no seu ensaio.

---

Sr. Coronel Pereira da Câmara: As suas virtudes pessoais e o seu mérito intelectual, atributos da sua raça, emprestarão realce e brilho a esta casa.

Seja benvindo.

*
* *

1 — Anais do Itamaratí Os Corrêas da Câmara — Ano II, vol. II.

2 — Os Chefes da Cavalaria Brasileira — Publicação do Ministério da Guerra.

3 — Rinaldo Pereira da Câmara — O Visconde de São Leopoldo e um documento inédito.

4 — Borges Fortes — Troncos seculares.

5 — Euclides da Cunha — À marga da História.

6 — Euclides da Cuha — Ibidem

7 — Joaquim Nabuco — Um estadista do Império — Primeiro volume.

8 — Gilberto Freyre — Exército e Nação.

9 — P.Leonel França — A Igreja, a Reforma e a Civilização.

10 — Eduardo Prado — Coletanias — Vol. II.

11 — Joaquim Nabuco — Escritos e discursos literários. Discursos parlamentares.

12 — Viriato Corrêa — Batinas liberais.